

“Ele não tem compromisso com o Brasil”

Negócio de Campos Neto “é com quem gosta de juro alto”

Ricardo Stuckert - PR



Lula denuncia sabotagem do presidente do BC ao crescimento e emprego

Em entrevista coletiva no Reino Unido (foto), o presidente Lula afirmou no sábado (6) que o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, “não tem compromisso com o Brasil”, e sim, “com aqueles que gostam de juro alto, porque não há outra explicação”. “Se você tem compromisso com o crescimento da economia, compromisso com geração de emprego e compromisso com inflação, cuide dos três. Com juros a 13,75%, os outros dois não serão cumpridos”, afirmou. O BC manteve o juro básico do Brasil com o maior do mundo. **Página 3**



Fernando Frazão - ABR



“BC virou máquina de produzir déficit público”, afirma Valporto

Bruno Spada - Câmara

Centrais repudiam política nefasta do BC “que se curva a especuladores”

As centrais sindicais, que já vinham se manifestando em diversos fóruns, como no último 1º de Maio, contra as altas taxas de juros praticadas pelo BC, repudiaram a decisão do Copom, na quarta-feira (3), pela manutenção da maior taxa de juro real do mundo, e pedem o imediato afastamento de Roberto Campos Neto do comando do banco. **Pág. 5**



O deputado Orlando Silva (PCdoB-SP) está unificando sugestões ao PL para obter uma maioria robusta

Orlando: Bolsonarismo e big techs querem manter fakes intocadas

O deputado federal Orlando Silva (PCdoB-SP), relator do PL de Combate às Fake News (PL 2.630/20), disse que parte dos parlamentares tem posição contrária à regulação das redes sociais por pura “oposição política, que não está ancorada no mérito da proposta”. “Essa discussão ocorre no mundo todo, mas aqui ganha contornos especiais por

conta do bolsonarismo, que quer manter o status quo”, afirmou, durante debate promovido no Festival 3i, evento de jornalismo e inovação realizado no Rio de Janeiro. Esses parlamentares, como é o caso de Nikolas Ferreira (PL-MG), se aliaram às chamadas big techs para organizar uma campanha contra a aprovação do PL de Combate às Fake News. **Página 3**

Arthur Lira: as plataformas digitais ultrapassaram o limite e Câmara Federal tomará medidas judiciais

A tentativa pelas big techs (plataformas digitais) de derrubar o projeto de lei de combate às fake news chegou ao nível do desrespeito ao Poder Legislativo. Assim compreende o presidente da

Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL). Lira disse que vai acionar a advocacia da Casa para adotar as medidas cabíveis contra as big techs – grandes plataformas, como Facebook, Twitter e Google. **P 3**

O presidente da Associação Brasileira de Investidores (Abradin), Aurélio Valporto, lembrou que a cada ponto percentual na taxa Selic implica em uma despesa anual para o governo com juros de cerca de 75 bilhões de reais. O economista criticou a decisão do Banco Central de manter a taxa Selic em 13,75% na última reunião do Copom (Conselho de Política Monetária), realizada na quarta-feira (3), na sede do Banco Central. Para Valporto, o BC se converteu em uma máquina de produzir déficit público. **Página 2**

Transpetro traça plano para que seja reativada a indústria naval

A Transpetro criou um grupo de trabalho para preparar, em 60 dias, o projeto de retomada da construção de navios no Brasil. A companhia é o braço de logística da Petrobras, responsável por operar embarcações e dutos para atender à estatal. “Tem que ser um projeto de Estado”, destacou Sérgio Bacci, presidente da subsidiária da Petrobras. **Página 4**

STF manda a PF ouvir plataformas por crime contra PL das fake news

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes determinou que os presidentes do Google, Meta (Facebook e Instagram) e Spotify no Brasil e da produtora bolsonarista Brasil Paralelo prestem depoimento à Polícia Federal sobre caso de propaganda ilegal contra o Projeto de Lei de Combate às Fake News (PL 2.630/20), que realizaram. **Página 3**



Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Liga Árabe aprova unânime reintegração da Síria

Pág. 6

“BC virou máquina de produzir déficit público”, diz economista



Presidente do BC, Roberto Campos Neto, durante audiência no Senado

Oreiro: Campos Neto age para atrapalhar o crescimento da economia brasileira

Para o economista, o presidente do BC, blindado pela autonomia, age como elemento da oposição ao manter a maior taxa de juros do mundo

O economista e professor da Universidade de Brasília (UnB) José Luis Oreiro afirma que o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, atua como “um elemento da oposição dentro do BC”. O presidente do Banco Central “faz todo o possível para atrapalhar o crescimento da economia brasileira no governo Lula”, disse Oreiro, ao fazer uma análise sobre a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) do BC de manter, na quarta-feira (3), a taxa básica de juros (Selic) em 13,75% ao ano, desacelerando ainda mais a economia do país.

“Ele está cumprindo um papel, agora, blindado pela autonomia do Banco Central, que é o de fazer todo o possível para atrapalhar o crescimento da economia brasileira no governo Lula. Ele está agindo como um elemento da oposição dentro do Banco Central. Campos Neto não está sendo técnico, ele está sendo político e, por isso, se ele tivesse ética, ele deveria pedir demissão da presidência do Banco Central”, defendeu Oreiro, em entrevista ao HP. Leia a seguir:

“Toda a sinalização que o presidente do Banco Central, Campos Neto, deu desde a última reunião era no sentido de manter a taxa de juros. Então, não me surpreendeu nem um pouco. A justificativa que ele deu, de que não existe uma relação automática entre o arcabouço fiscal e a queda de juros, etc, etc, no fundo, foi uma desculpa esfarrapada para ele desdizer o que tinha dito no início do ano, que a taxa de juros permaneceria alta devido a incerteza fiscal.

“Bom, mas a incerteza fiscal foi resolvida, quer dizer, o mercado recebeu bem o novo arcabouço fiscal do Haddad [ministro da Fazenda, Fernando Haddad]. Inclusive, a gente viu isso precificado. Hou-



José Oreiro, economista e professor da UnB

ve uma valorização do real frente ao dólar, a Bolsa de Valores reagiu positivamente. E o presidente do Banco Central resolveu mudar o discurso. Se no início do ano, ele não podia baixar os juros por causa da incerteza fiscal, agora ele diz que ‘não, se resolveu, mas não é bem assim, e, além disso, ainda tem o problema do crédito direcionado’. Bom, mas aí, o presidente do Banco Central esquece de dizer que esse argumento que ele está usando agora, foi utilizado no governo Temer para se trocar a TJLP [Taxa de Juros de Longo Prazo], que era uma taxa de juros fixada pelo Conselho Monetário Nacional, pela TLP [Taxa de Longo Prazo], que é uma taxa de mercado que acompanha a Selic.

“Eu não consigo fazer uma outra leitura, da postura do presidente do Banco Central do Brasil, que não seja uma leitura política. Ou seja, ele não é um técnico, ao contrário do que ele diz. Aliás, mesmo que fosse, a formação acadêmica e profissional dele não o baliza para ser presidente do Banco Central. Porque ele não tem formação teórica em política monetária. Ele pas-

ANTONIO ROSA

Open Society Foundations, de Soros, sabota Petrobrás na Margem Equatorial

A Open Society Foundations, uma arapuca de propriedade do bilionário e especulador húngaro-americano George Soros, com o objetivo de impor a obediência aos ditames de Washington e financiar as “revoluções coloridas” nos países rebeldes pelo mundo afora, está em campanha contra os planos da Petrobrás de exploração das reservas de petróleo na Margem Equatorial, na região norte do Brasil.

A Petrobrás tem planos de

investir US\$ 2,9 bilhões nos próximos 5 anos para a perfuração de 16 poços na Margem Equatorial, com início previsto para o primeiro trimestre de 2023, conforme o seu Plano Estratégico 2023-2027. Entretanto, fruto da cruzada de Soros, o projeto está sendo estranhamente obstruído por técnicos do Ibama. Esses “técnicos” recomendaram, de forma açodada, negar licença à estatal.

Em nota, a Petrobrás reafirma que está cumprindo

todas as exigências e tem como valor o respeito ao meio ambiente e que aguarda o posicionamento do governo federal. “A companhia reforça que vem cumprindo todos os requisitos e procedimentos estabelecidos pelos órgãos reguladores, licenciadores e fiscalizadores para atuar na região”, disse a empresa.

Leia mais no HP: <https://horadopovo.com.br/open-society-foundations-de-george-soros-sabota-petrobras-na-margem-equatorial/>

Presidente da Associação Brasileira de Investidores (Abradin), Aurélio Valporto, denuncia que a cada ponto percentual na taxa equivale a uma despesa anual com juros de cerca de 75 bilhões de reais

O economista Aurélio Valporto, presidente da Associação Brasileira de Investidores (Abradin), criticou a decisão do Banco Central de manter a taxa Selic em 13,75% na última reunião do Copom (Conselho de Política Monetária), realizada na quarta-feira (3) na sede do BC.

“Optar por manter os juros reais, os mais altos do mundo, sem nenhuma conexão com o processo inflacionário brasileiro, o Comitê de Política Monetária do Banco Central, o Copom, passou não só um atestado de desconexão, mas também de teimosia”, denunciou o economista, em entrevista ao HP.

“Os maiores economistas do planeta, entre eles, o prêmio Nobel de Economia Joseph Stiglitz e o criador do Plano Real, o pai da teoria do plano que acabou com a inflação descontrolada no Brasil, André Lara Resende, já avisaram do enorme erro que está sendo cometido pela autoridade monetária e, consequentemente, do gigantesco prejuízo econômico, que está causando ao manter as taxas de juros no atual patamar”, acrescentou Valporto.

Ele destacou que o BC

está desconectado do mundo real e, com essa teimosia, está agravando a crise econômica. “Já no mundo real, os que de fato produzem e ditam os preços da economia, tivemos o presidente da Fiesp, bem como o da Confederação Nacional da Indústria, afirmando que as taxas de juros estão levando as empresas à bancarrota, que estão demitindo e dando férias coletivas”, assinalou o economista.

“No meio econômico, o presidente do Banco Central está isolado, não há um só economista de renome que apoia a manutenção dos juros no atual patamar”, observou o presidente da Abradin.

“Para completar, a cada ponto percentual na taxa equivale a uma despesa anual do governo com juros de cerca de 75 bilhões de reais. Se os juros fossem apenas cinco pontos mais baixos, e ainda assim a taxa do Brasil seria alta, o governo economizaria cerca de 400 bilhões de reais por ano em despesas com juros. No final das contas, ao manter as taxas estratosféricas, o Banco Central se transformou em uma formidável máquina de produzir déficit público”, completou o especialista.

Governo contesta no STF privatização da Eletrobrás

Depois do presidente Lula se referir à privatização da Eletrobrás, durante o governo Bolsonaro, como “um crime”, a Advocacia Geral da União (AGU) está determinada a entrar com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) contestando a transferência do controle da estatal. A AGU como vai contestar também mecanismos que limitam ilegalmente a participação da União nos órgãos de decisão da empresa.

A AGU prepara uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) nos próximos dias, questionando a privatização da Eletrobrás. A previsão é de que seja protocolada nos próximos dias. A medida é resultado de uma missão dada pelo presidente Lula ao ministro Jorge Messias logo no início do governo para tentar ampliar o poder de decisão da União na empresa privatizada em junho do ano passado.

O objetivo da ação é derrubar o dispositivo que estabelece que qualquer acionista tem no máximo 10% do poder de voto nas assembleias, mesmo que tenha participação maior na empresa. A União possui 42,6% das ações da empresa. O que causa indignação a Lula é a cláusula que faz com que a União, que detém isoladamente esses 42,6% das ações, só possa votar no conselho da empresa com 10% das ações.

Uma outra coisa que irritou bastante o presidente da República foi que executivos da Eletrobrás decidiram aumentar os ganhos para os altos cargos da empresa em até 3.576%. Durante uma assembleia geral extraordinária, conselheiros da administração teriam o maior aumento na empresa, que passaria de R\$ 5.440 para R\$ 200 mil.

A companhia privatizada passou a pagar R\$ 35,9 milhões para diretores, conselheiros de adminis-

tração, conselheiros fiscais e integrantes de comitês estatutários de assessoramento ao conselho. Os valores se referem ao período entre abril deste ano e março de 2023. Em abril, o valor total originalmente aprovado para pagamento foi de R\$ 15,4 milhões.

Pela proposta, o presidente da Eletrobrás, Wilson Ferreira Júnior, que assumiu o cargo em setembro do ano passado, receberia um salário de R\$ 300 mil todo mês – o pagamento anterior era de R\$ 52,3 mil mensais. Ao mesmo tempo a empresa lançou um PDV (Programa de Demissão Voluntária) para mais de 2 mil funcionários, ao custo de R\$ 1 bilhão.

O governo quer ter mais influências nas decisões sobre a empresa da qual possui mais de 40% das ações. Lula pretende estimular o aumento de investimentos em energia e reduzir os ganhos de executivos e beneficiários de dividendos.

Além de outros entraves, os compradores da maior empresa de energia da América Latina criaram regras que impedem que o governo recompre ações e possa retornar ao controle da empresa. Fizeram isso usando regras contestáveis que tornam o preço das ações muito mais alto em caso do governo decidir recomprar as ações que foram vendidas na privatização.

Em março deste ano, o presidente Lula usou suas redes sociais para defender que a Eletrobrás deve continuar pública, do contrário, o país perde soberania energética e as contas de luz ficarão mais caras ainda para a população brasileira.

“Sem uma Eletrobrás pública, o Brasil perde boa parte da sua soberania e segurança energética. As contas de luz devem ficar ainda mais caras. Só que quem não sabe governar tenta vender empresas estratégicas, ainda mais correndo para vender em liquidação”, escreveu no Twitter o ex-presidente.



Refinaria privatizada da Bahia quer obrigar Petrobrás a subsidiar petróleo para ela

A empresa Acelen, dona da refinaria Mataripe, na Bahia, antiga Landulpho Alves (RLAM), uma das maiores refinarias brasileiras, privatizada no governo Bolsonaro e adquirida pela MC Brazil Downstream Participações, empresa do grupo Mubadala, dos Emirados Árabes Unidos, está processando a Petrobrás no Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) porque a estatal se recusa a vender óleo cru para a refinaria a preços subsidiados.

ÁRABES QUEREM MOLEZA

Em nota a empresa árabe deixa claro que pretendia ser subsidiada pela Petrobrás. “A Acelen apresentou ao Cade evidências de que a Petrobrás está repassando petróleo para suas refinarias a preços inferiores aos que ela pratica para as refinarias de seus concorrentes”, diz um trecho da nota.

“Entendemos”, prossegue a Acelen, “que, tendo em vista a posição amplamente dominante que a Petrobrás detém na produção de petróleo no Brasil, isso não é admissível, devendo a Petrobrás manter uma política única e isonômica de preços para petróleo, válida para as refinarias integrantes do seu sistema, ou as de seus concorrentes, indistintamente”.

Ou seja, além de comprar a refinaria a preço de banana, o fundo Mubadala quer subsídios da empresa pública de petróleo para vender os seus derivados mais caros no mercado brasileiro e ampliar seus superlucros. O que parece é que essa foi mais uma das promessas feitas por Jair Bolsonaro em troca das joias milionárias apreendidas em Guarulhos.

Segundo a Petrobrás, há um denso histórico de comunicações em que a Acelen tenta exigir a comercialização do petróleo cru por um valor mais barato “em razão de expectativa que alegadamente teria sido criada durante as negociações para a venda da refinaria”. Ou seja, a expectativa diante das promessas de Guedes e Bolsonaro. A petroleira, sob nova direção, argumenta que tal acordo nunca foi fechado. A estatal quer o arquivamento do caso. As informações são do site Epbr.

PETRÓLEO MAIS BARATO

A refinaria Mataripe, agora de propriedade do fundo árabe, alega que a Petrobrás tem a obrigação de cobrar dela os mesmos preços que cobra de suas próprias refinarias. “A Petrobrás deve manter uma política única e isonômica de preços para petróleo, válida para as refinarias integrantes do seu sistema, ou as de seus concorrentes, indistintamente”, alegou a Acelen.

“O Brasil precisa garantir um ambiente de negócios previsível, seguro e justo, coibindo práticas anticompetitivas. No refino, isso passa fundamentalmente pelo acesso isonômico ao petróleo”, disse acrescentou a Acelen.

Não há a menor justificativa para que uma empresa estrangeira que comprou uma refinaria no Brasil tenha subsídio na aquisição de petróleo cru de uma concorrente, no caso a Petrobrás, que é dona de diversas refinarias e está no mercado, já que o seu monopólio foi abolido.

Até porque, segundo a nova diretoria da estatal, “o mercado de petróleo é global, e há diversos agentes econômicos capazes de suprir a demanda da Acelen”. “A Petrobrás não exerce nenhum papel de agente dominante neste mercado global de comercialização de petróleo bruto”, argumenta sua diretoria.

Continua no site do HP: <https://horadopovo.com.br/mamata-refinaria-privatizada-da-bahia-quer-obrigar-petrobras-a-fornecer-petroleo-subsidiado/>

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto
Rua Mazzini, 177
Cambuci - CEP: 01528-000
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:

Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679

E-mail: hpri@oi.com.br

Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000

Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506

Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480

E-mail: horadopovomg@uol.com.br

Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 -

E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de

Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004

Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603

E-mail: horadopove@yahoo.com.br

Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa,

140 Curú-Otinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande,

Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Deputado federal, relator do PL 2630

Bolsonarismo e big techs querem 'manter status quo' das fake news, diz Orlando

O deputado federal Orlando Silva (PCdoB-SP), relator do PL de Combate às Fake News (PL 2.630/20), disse que parte dos parlamentares têm posição contrária à regulação das redes sociais por pura "oposição política, que não está ancorada no mérito da proposta".

"Essa discussão ocorre no mundo todo, mas aqui ganha contornos especiais por conta do bolsonarismo, que quer manter o status quo", afirmou, durante debate promovido no Festival 3i, evento de jornalismo e inovação realizado no Rio de Janeiro.

Alguns deputados, principalmente os ligados ao ex-presidente Bolsonaro, criticam o projeto usando mentiras e distorções. Eles falam, sem nenhuma base no texto, que a Bíblia poderia ser censurada.

"Hoje há uma oposição política, que não está ancorada no mérito da proposta, nas ideias que estão ali. É uma oposição de quem acredita que isso pode beneficiar um campo político ou outro, e muitas narrativas são produzidas sem ter correspondência no texto", contou Orlando Silva.

Esses parlamentares, como é o caso de Nikolas Ferreira (PL-MG), se aliaram às chamadas big techs para organizar uma campanha contra a aprovação do PL de Combate às Fake News.

O Twitter, que se reuniu com Nikolas, diminuiu a visibilidade de publicações a favor do PL e censurou jornalistas. O Google colocou em sua página principal uma propaganda contrária à regulação, sem avisar os usuários que se tratava de publicidade.

"O que nós vimos nos últimos dias foi um escândalo, o abuso do poder econômico por algumas empresas que têm monopólio no mercado", denunciou Orlando.

"O Google tem 96% do mercado de busca no Brasil e usou sua estrutura, que tem uma aparência de neutra, para influenciar, dirigindo as pesquisas para quem tem opinião crítica ao projeto".

"Algumas plataformas feriram seu termo de uso, fazendo anúncio de conteúdo político, o que é proibido pelas suas próprias regras. É algo sujo. Todos os agentes econômicos devem participar do debate, mas de acordo com as regras. Não podem usar da sua estrutura para distorcer", continuou.

O projeto corre na Câmara em regime de urgência, mas foi retirado de pauta para que alguns pontos fossem discutidos com maior profundidade. Um dos temas tratados é definir qual órgão será responsável pela fiscalização do cumprimento da legislação.

Orlando Silva defende "uma entidade autônoma de supervisão, nova, mas essa não é a proposta que tem maioria no plenário. A proposta com maior acolhida é que o papel regulatório seja exercido pela Anatel [Agência Nacional de Telecomunicações]", informou.

Em seu Twitter, Orlando comentou sobre uma reportagem da UOL que demonstra que o PL de Combate às Fake News pode impedir a disseminação de conteúdos de incitação à violência contra mulheres.

No YouTube, por exemplo, existem vídeos que ensinam os homens a hackearem os celulares de suas namoradas. O PL determina que é responsabilidade da empresa impedir a circulação de materiais que incentivem a violência contra as mulheres.

A advogada Maíra Pinheiro disse à Universa/UOL que "é muito frequente que o gatilho para violência doméstica seja a vontade do homem de ter acesso a conteúdos do celular da mulher. Quando ela recusa, o ato se desdobra em cenas de violência, que podem ser fatais".

"Cada vez mais a sociedade compreende que a regulação das plataformas nada tem a ver com censura. Ao contrário disso, vai garantir a todos o direito de ser ouvido e evitar o uso malicioso das redes para cometer crimes", falou Orlando.

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, liberou ação para que a Corte julgue a regulação das redes sociais.

Para Orlando Silva, essa é uma resposta do Estado brasileiro à ação criminosa das big techs contra o país. "O jogo sujo das bigtechs contra o PL 2630 é um tiro no pé. Tentaram colocar o Estado brasileiro de joelhos e agora terão a regulação – ou pelo Congresso ou pelo Judiciário. Quando a esperteza é demais, acaba engolindo o esperto".

O deputado não quis prever a data da votação do projeto. "Eu não falo sobre datas, só o presidente (da Câmara, Arthur Lira) pode falar, porque a Câmara tem uma série de agendas. A data deve ser pactuada pelo presidente Lira ouvindo líderes. O que ele me recomendou é que aproveite o tempo, ouça as bancadas e prepare ajustes no texto para que nós possamos produzir uma maioria no plenário", disse.

Lula: 'o BC tem compromisso com quem gosta de juro alto'



Presidente durante a entrevista coletiva no sábado (6), em Londres

Lira: big techs ultrapassaram limites e a Câmara tomará medidas judiciais

A tentativa, pelas big techs (plataformas digitais), de derrubar o projeto de lei de combate às fake news chegou ao nível do desrespeito ao Poder Legislativo.

Assim compreende o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL). Diante disso, Lira disse que vai acionar a advocacia da Casa para adotar as medidas cabíveis contra as chamadas big techs – grandes empresas de tecnologia como Facebook, Twitter e Google.

"Houve muita pressão. Estamos colecionando relatos. Ameaças físicas, por meio das redes sociais. Independentemente do que cada deputado pense, as big techs ultrapassaram todos os limites da prudência", disse ele, durante entrevista à Globonews, nesta quarta-feira (4).

Na opinião de Lira, a ação das empresas de tecnologia foi na prática o impedimento do funcionamento do Legislativo. "Você defender seu pleito, tranquilo, mas usar seus meios para cercar que a outra parte se mobilize, isso não", enfatizou.

Lira não deu nova data para discussão da proposta. "O clima não está fácil de ser conduzido no Parlamento por diversos motivos, como a polarização que a gente ainda vive. As discussões dizem respeito a tudo, menos ao texto", afirmou.

INICIATIVA
O presidente da Câmara disse que é melhor o Parlamento legislar sobre a questão antes que o STF

Resolva a questão da remuneração de direitos autorais.

RELATOR
O projeto de lei (PL 2.630/20) saiu da pauta do plenário da Câmara dos Deputados. Todavia, o relator, deputado Orlando Silva (PCdoB-SP) continua o trabalho de encontrar solução para os impasses contidos no texto.

É importante destacar que, em razão de a aprovação do requerimento de urgência para votação do projeto em plenário ter sido aprovado, o texto pode voltar à pauta em qualquer momento do processo legislativo.

Há, pelo menos, 5 pontos polêmicos que o relator tem de encontrar o caminho do consenso: 1. combate a conteúdo criminoso ou risco de censura?, 2. quem vai fiscalizar as redes, em particular, as big techs, 3. a questão da imunidade parlamentar, 4. remuneração de conteúdo jornalístico e 5. a questão da re-

muneração de direitos autorais.

CONTEÚDO
No parecer do relator, cria-se novas regras para a moderação de conteúdo por parte das plataformas digitais, que poderão ser punidas com elevadas multas se não agirem "diligentemente para prevenir e mitigar práticas ilícitas no âmbito de seus serviços". Essa nova abordagem é inspirada em legislação mais dura recentemente adotada pela União Europeia, a Lei dos Serviços Digitais (DSA, na sigla em inglês).

Segundo as regras estabelecidas no Marco Civil da Internet, as big techs não têm responsabilidade pelo conteúdo criado por terceiros e compartilhado em suas plataformas. Dentro desse princípio, as empresas só são obrigadas a excluir conteúdos no Brasil em caso de decisão judicial.

FISCALIZAR REDES
Outro ponto alvo de intenso debate é qual órgão, afinal, será responsável por fiscalizar a aplicação da lei e, eventualmente, punir as empresas.

Inicialmente, o projeto dava ao Poder Executivo a prerrogativa de criar entidade autônoma de supervisão, que poderia instaurar processos administrativos e aplicar sanções.

Devido à forte resistência de parte da Câmara, em especial de parlamentares bolsonaristas, isso foi retirado da última versão apresentada pelo relator.

O ex-ministro da Justiça e comparsa de Bolsonaro em suas tramas golpistas, Anderson Torres, abriu mão do silêncio e falou por cerca de 2 horas com investigadores da Polícia Federal, em Brasília nesta segunda-feira (8). Ele foi convocado para dar esclarecimentos sobre a atuação suspeita da Polícia Rodoviária Federal (PRF) durante o segundo turno das eleições presidenciais, em 30 de outubro de 2022.

Torres deixou o local em um veículo oficial da Polícia Militar do DF pouco antes das 17h — ele chegou à sede da PF às 13h30, e o depoimento começou por volta das 14h30. O depoimento é parte do inquérito que apura a atuação da PRF nas eleições. O órgão estava subordinado a Torres e teria agido para dificultar o acesso de eleitores às seções de votação, especialmente na região Nordeste.

A época, o Ministério da Justiça — ao qual a PRF está subordinada — era comandado por Torres. O atual ministro da Justiça, Flávio Dino afirmou que os dados apresentados pela PRF apontam ao menos três "anomalias" na corporação durante as eleições de 2022: concentração de operações no Nordeste; mudanças no planejamento inicial e uma determinação para que a PRF atuasse em conjunto com a Polícia Federal no segundo turno.

Outro relatório do Ministério da Justiça entregue à Controlado-

ria Geral da União (CGU) mostra que a PRF fiscalizou 2.185 ônibus no Nordeste, onde Lula (PT) era favorito, contra 571 no Sudeste, entre 28 e 30 de outubro, vésperas e dia do segundo turno das eleições de 2022. No início do dia da eleição milhares de denúncias foram feitas de que os eleitores estavam sendo impedidos de votar. Foi preciso ordem expressa de Alexandre de Moraes para que a ação golpista fosse interrompida.

Diante dos interrogadores, Torres tentou tirar o corpo fora e disse que não interferia diretamente nas operações da PRF.

Apesar da alegação, documentos divulgados nesta segunda (8) pela CNN desmentem a versão de Torres. Eles comprovam que o então ministro da Justiça Anderson Torres viajou à Bahia em uma aeronave da Força Aérea Brasileira (FAB), seis dias antes do segundo turno das eleições presidenciais, para tratar das operações da Polícia Rodoviária Federal (PRF).

A relação nominal do documento sobre o voo mostra que Torres foi acompanhado do secretário-executivo do Ministério da Justiça, Antônio Lorenzo, do diretor-geral da Polícia Federal, Márcio Nunes, de um assessor especial do gabinete e dois agentes da PF. Torres estava no Rio de Janeiro por conta do episódio em que Roberto Jefferson foi preso e atirou contra policiais federais.

Documentos desmentem Torres e provam que ele foi à Bahia criar blitz contra Lula

STF manda PF ouvir plataformas por sua ação criminosa contra o PL de combate às fake news

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes determinou que os presidentes do Google, Meta (Facebook e Instagram) e Spotify no Brasil e da produtora bolsonarista Brasil Paralelo prestem depoimento à Polícia Federal sobre caso de propaganda ilegal contra o Projeto de Lei de Combate às Fake News (PL 2.630/20).

As "big techs" estão ignorando as leis e seus próprios termos de uso para fazer campanha contra a proposta, que cria regras contra a circulação de material criminoso nas redes sociais.

Conforme a decisão, as plataformas deverão retirar todos os anúncios que estão veiculando contra o PL 2.630, sob pena de multa de R\$ 150 mil por hora de descumprimento para cada anúncio.

Para Alexandre de Moraes, "a dignidade da pessoa humana, a proteção à vida de crianças e ado-

lescentes e a manutenção dos Estado Democrático de Direito estão acima dos interesses financeiros dos provedores de redes sociais e de serviços de mensageria privada".

As empresas deverão explicar "os métodos e algoritmos de impulsionamento e induzimento à busca sobre 'PL da Censura'" e, dentro de 48h, informar sobre as "providências reais e concretas que realizam para prevenir, mitigar e retirar práticas ilícitas no âmbito de seus serviços e no combate à desinformação de conteúdos gerados por terceiros".

No caso do Google, a plataforma veiculou como primeira opção nas pesquisas sobre o Projeto de Lei um anúncio da produtora "Brasil Paralelo", ligada ao bolsonarismo, criticando mentirosamente o texto.

Ao mesmo tempo, outras organizações, como a Sleeping Giants Brasil, que é favorável à regu-

lação das redes sociais, estão sendo impedidas de pagar anúncios.

O Google também está sugerindo para os usuários termos como "PL da censura", como dizem deputados bolsonaristas, e chegou a colocar em sua página principal um artigo dizendo que a proposta "pode piorar a sua internet".

Um relatório do NetLab, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), aponta que o Google "vem usando os resultados de busca para influenciar negativamente a percepção dos usuários sobre o projeto de lei".

A empresa estrangeira está pagando anúncios contrários ao PL 2.630 para serem veiculados no aplicativo Spotify, usado para ouvir músicas e podcasts. No entanto, os termos de uso do próprio Spotify dizem que é proibido qualquer anúncio sobre temas políticos.

Em entrevista no Reino Unido, o presidente da República diz que Campos Neto "não tem compromisso com o Brasil"

Em entrevista coletiva no Reino Unido, o presidente Lula afirmou no sábado (6) que o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, "não tem compromisso com o Brasil", e sim, "com aqueles que gostam de juro alto, porque não há outra explicação".

O presidente disse, ainda, que Campos Neto tem compromisso com o ex-governo Jair Bolsonaro, "que o indicou".

"Ele não tem nenhum compromisso comigo, tem compromisso com quem? Com o Brasil? Não tem. Tem compromisso com o outro governo, que o indicou. Isso é importante ficar claro. E tem compromisso com aqueles que gostam de juro alto, porque não há outra explicação", prosseguiu Lula.

Lula está na Inglaterra onde viajou para participara da solenidade de coroação de Charles III. O presidente retorna ao Brasil ainda neste sábado.

Lula declarou que "não bate" no Banco Central como instituição, mas sim, na política adotada pelo banco em relação à taxa de juros.

Na quarta-feira (3), o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central manteve a taxa básica de juros em 13,75%, patamar que está desde agosto de 2022. E a

STF forma maioria e 250 golpistas viram réus pelos ataques do dia 8 de janeiro

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria, com voto de seis ministros, a favor do recebimento da denúncia contra 250 terroristas envolvidos no atentado do dia 8 de janeiro. Os denunciados agora se tornarão réus e serão julgados por seus crimes.

Até agora, somente o ministro André Mendonça, indicado por Jair Bolsonaro, votou para aliviar 200 criminosos e condenar apenas 50.

Os ministros Dias Toffoli, Edson Fachin, Cármen Lúcia, Rosa Weber e Gilmar Mendes acompanharam o relator, Alexandre de Moraes, e votaram para aceitar a denúncia.

Esse grupo de 250 criminosos foi o terceiro denunciado pela Procuradoria-Geral da República (PGR). Contando com esse grupo, o STF tornou réus 550 envolvidos no atentado.

A denúncia divide os criminosos entre os incitadores do atentado criminoso e os executores.

O primeiro grupo deve ser julgado por incitação ao crime (artigo 286, parágrafo único) e associação criminosa (artigo 288).

O segundo foi denunciado e será julgado por associação criminosa armada (artigo 288, parágrafo único, do Código Penal); abolição violenta do Estado democrático de Direito (artigo 359-L); golpe de estado (artigo 359-M); e dano qualificado (artigo 163, parágrafo

Documentos desmentem Torres e provam que ele foi à Bahia criar blitz contra Lula

O ex-ministro da Justiça e comparsa de Bolsonaro em suas tramas golpistas, Anderson Torres, abriu mão do silêncio e falou por cerca de 2 horas com investigadores da Polícia Federal, em Brasília nesta segunda-feira (8). Ele foi convocado para dar esclarecimentos sobre a atuação suspeita da Polícia Rodoviária Federal (PRF) durante o segundo turno das eleições presidenciais, em 30 de outubro de 2022.

Torres deixou o local em um veículo oficial da Polícia Militar do DF pouco antes das 17h — ele chegou à sede da PF às 13h30, e o depoimento começou por volta das 14h30. O depoimento é parte do inquérito que apura a atuação da PRF nas eleições. O órgão estava subordinado a Torres e teria agido para dificultar o acesso de eleitores às seções de votação, especialmente na região Nordeste.

A época, o Ministério da Justiça — ao qual a PRF está subordinada — era comandado por Torres. O atual ministro da Justiça, Flávio Dino afirmou que os dados apresentados pela PRF apontam ao menos três "anomalias" na corporação durante as eleições de 2022: concentração de operações no Nordeste; mudanças no planejamento inicial e uma determinação para que a PRF atuasse em conjunto com a Polícia Federal no segundo turno.

Outro relatório do Ministério da Justiça entregue à Controlado-

ria Geral da União (CGU) mostra que a PRF fiscalizou 2.185 ônibus no Nordeste, onde Lula (PT) era favorito, contra 571 no Sudeste, entre 28 e 30 de outubro, vésperas e dia do segundo turno das eleições de 2022. No início do dia da eleição milhares de denúncias foram feitas de que os eleitores estavam sendo impedidos de votar. Foi preciso ordem expressa de Alexandre de Moraes para que a ação golpista fosse interrompida.

Diante dos interrogadores, Torres tentou tirar o corpo fora e disse que não interferia diretamente nas operações da PRF.

Apesar da alegação, documentos divulgados nesta segunda (8) pela CNN desmentem a versão de Torres. Eles comprovam que o então ministro da Justiça Anderson Torres viajou à Bahia em uma aeronave da Força Aérea Brasileira (FAB), seis dias antes do segundo turno das eleições presidenciais, para tratar das operações da Polícia Rodoviária Federal (PRF).

A relação nominal do documento sobre o voo mostra que Torres foi acompanhado do secretário-executivo do Ministério da Justiça, Antônio Lorenzo, do diretor-geral da Polícia Federal, Márcio Nunes, de um assessor especial do gabinete e dois agentes da PF. Torres estava no Rio de Janeiro por conta do episódio em que Roberto Jefferson foi preso e atirou contra policiais federais.

maior da taxa de juros do mundo em termos reais (ou seja, descontada a inflação de cada país).

Enquanto isso, empresários, parlamentares, economistas e trabalhadores criticam duramente a manutenção da taxa Selic nas alturas, prejudicando a produção.

Neste sábado, Lula também rebateu declarações recentes de Campos Neto, segundo as quais, para o país atingir a meta de inflação na casa dos 3%, teria que elevar os juros para algo próximo de 20%.

"Está louco? Esse cidadão não pode estar falando a verdade. Então, se eu como presidente não puder reclamar dos equívocos do presidente do Banco Central, quem vai reclamar? O presidente americano? Me desculpem, o Banco Central tem autonomia, mas não é intocável", disse Lula.

De acordo com Lula, o BC tem autonomia, mas, por lei, tem também "compromisso com o crescimento econômico e com o aumento de salários, do poder aquisitivo do povo".

"Se você tem compromisso com o crescimento da economia, compromisso com geração de emprego e compromisso com inflação, cuide dos três. Com juros a 13,75%, os outros dois não serão cumpridos", afirmou.

único, incisos I, II, III e IV). A acusação envolve, ainda, a prática do crime de deterioração de patrimônio tombado (artigo 62, inciso I, da Lei 9.605/1998).

O ministro André Mendonça, em seu voto contrário ao recebimento da denúncia, reclamou que a PGR não teria detalhado a ação de cada um dos denunciados.

Rosa Weber apresentou um voto separado para rebater essa argumentação, que também é usada pela defesa dos criminosos.

Para ela, "as dificuldades observadas para detalhar a conduta de cada elo da multidão não podem conduzir à letargia dos órgãos responsáveis pela persecução penal, sob pena de eventos criminosos extremamente graves e potencialmente disruptivos do tecido social tornarem-se, na prática, imunes à própria jurisdição criminal do Estado".

"Houve descrição dos fatos e sua contextualização espacial e temporal, possibilitando o amplo exercício do direito de defesa pelos codenunciados", disse.

Rosa Weber chamou o atentado de "esquizofrenia coletiva" com "propósitos tirânicos", que poderia conduzir o país "ao aniquilamento do Estado de Direito, degradado, em tais episódios, à indigna condição de pavimentador do ambiente institucional que deu passagem a regimes autocráticos e ditatoriais".

Transpetro anuncia plano de retomada da indústria naval

“Tem que ser um projeto de Estado”, destacou Sérgio Bacci, presidente da subsidiária logística da Petrobrás

A Transpetro criou um grupo de trabalho para preparar, em 60 dias, o projeto de retomada da construção de navios no Brasil. A companhia é o braço de logística da Petrobrás, responsável por operar embarcações e dutos para atender à estatal.

O anúncio foi realizado pelo presidente da empresa, Sérgio Bacci, na quinta-feira (4). Segundo ele, a retomada da indústria naval brasileira deve ser encarada como uma prioridade de Estado, não somente de governo.

“Chego à Transpetro com a missão de retomar a construção de navios em estaleiros brasileiros. É a primeira decisão dessa gestão e, para isso, já criamos um grupo de trabalho que em 60 dias apresentará um projeto com o novo modelo de contratação e o número de embarcações”, afirmou o executivo em entrevista coletiva à imprensa.

Ele pleiteia a inclusão do plano no novo programa de desenvolvimento anunciado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em abril. Criado aos moldes do antigo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), o programa listará as obras prioritárias do governo.

“Precisamos construir navios no Brasil, mas não será a qualquer preço e a qualquer prazo”, disse Bacci. Segundo o executivo, a construção será financiada pelo Fundo da Marinha Mercante – administrado pelo Ministério dos Transportes e cuja utilização de recursos foi flexibilizada pela lei da BR do Mar.

PÁGINA VIRADA

Bacci reforçou que as discussões sobre a privatização da companhia são uma página virada. O foco agora é na retomada dos concursos públicos, na ampliação de clientes, no aumento da capacidade de operação e dos serviços oferecidos pela empresa.

Em vídeo aos trabalhadores da estatal, ele acrescentou que a privatização não está na rota da Transpetro, e sim a expansão da companhia. Bacci acrescentou que a atual gestão buscará incansavelmente crescer e ser exemplo. “Iremos retomar a construção de navios para a frota da Transpetro, tanto para cabotagem como de aliviadores. Isso faz parte de um projeto de soberania nacional e irá gerar emprego e renda para os brasileiros”, afirmou Bacci, em vídeo direcionado aos trabalhadores da Transpetro, por ocasião do Dia do Trabalho, celebrado na última segunda-feira (1º).

“Para a indústria naval ser efetiva, ela precisa ser perene, ter demanda de longo prazo. É infelizmente, aqui no Brasil, você vive de altos e baixos. Tem dez anos de construção naval forte, depois passa outros dez anos sem encomendas. Precisamos construir

o projeto pensando no país, não no governo. Tem que ser um projeto de Estado. Independentemente de quem esteja na gestão, o projeto precisa sempre continuar”.

Para acelerar as construções, um dos caminhos é estimular estaleiros atualmente parados a retomarem os trabalhos. Nesse sentido, a Transpetro também disse ter avançado em conversas com o TCU e a CGU.

“O estaleiro faz parte de um grupo econômico, que fez acordo de leniência, ou seja, o problema está pago. Se fez o acordo, não tem porque não ser contratado. Isso é uma das coisas que conversei com a CGU e ela concorda. Então, a gente tem esse tipo de estaleiro que é uma solução rápida. Há os que não fizeram acordo de leniência, mas a CGU está aberta a conversar. A gente precisa superar essa fase. Se não, nunca mais vamos contratar no Brasil? Vamos continuar contratando tudo na China? É isso que a gente quer para o país? Precisamos andar para frente”, afirmou o presidente da Transpetro em relação às investigações da Operação Lava-Jato.

“Na terça-feira, eu fui até Brasília visitar a Controladoria-Geral da União (CGU) e o Tribunal de Contas da União (TCU) para que eles acompanhem desde o momento zero esse projeto de construção de navios. Eu quero acompanhamento de perto dos órgãos de controle. E as duas instituições se colocaram à disposição para fazer esse trabalho”.

EXPANSÃO DA FROTA

A subsidiária da Petrobras atualmente tem 26 navios e contrata os serviços de outros dez de origem estrangeira. Os 26 foram construídos via Promef (Programa de Modernização e Expansão da Frota), que integrou o PAC.

Segundo Bacci, o novo projeto da Transpetro será diferente do Promef. “Aprendemos muito com a história, na hora que vou ao TCU e à CGU, estou dando um recado concreto: não quero que tenha problema”, disse. O executivo afirmou que quer um programa de construção de navios no Brasil “extremamente sustentável do ponto de vista econômico, de necessidade, mas [sobretudo] de controles”.

Em termos financeiros, a Transpetro informou que é superavitária e não tem problemas de caixa. Dentre as fontes disponíveis de recursos está o Fundo da Marinha Mercante, constituído em 1958 para financiar a indústria naval. Mas a companhia também está se juntando à Petrobras e ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) na Comissão Mista que vai discutir outras possibilidades de investimentos.

desorganização com que o governo Bolsonaro trava a política de armamento.

“Temos pelo menos seis mil armas nessa situação e estamos falando de armas de uso restrito, estamos falando de fuzil, por exemplo. Nós temos essa situação de pessoas que tinham uma condenação ou uma prisão preventiva e que tinham armas supostamente legais, exatamente por que reinava um descuido nessa temática de armas no Brasil”, disse.

Cerca de 895 mil armas de fogo de uso permitido e mais de 44 mil de uso restrito foram recadastradas, o que representa 99% do total. O prazo para recadastramento no Sistema Nacional de Armas (Sinarm) do governo federal terminou nessa quarta-feira (3).

Flávio Dino informou que 12 mil armas de uso permitido, que não estavam no cadastro inicial, foram recadastradas. Em relação às armas de uso restrito, a taxa de recadastramento chegou a quase 100%. Dino afirmou que 6.168 de uso restrito permanecem em situação irregular.

Os armamentos que não foram recadastrados podem ter apreensão administrativa e os donos poderão responder criminalmente por porte ou posse ilegal de arma, conforme o Ministério da Justiça.

“O recadastramento cumpriu a finalidade de identificar armas de modo seguro, identificar pessoas e armas que ‘sumiram’, permitir ações criminais na esfera policial e subsidiar as regras da nova norma, onde não queremos que aconteça isso: alguém com mandado por feminicídio, por exemplo, receber do Estado autorização para ter uma arma”, avaliou o ministro Flávio Dino.



Bacci reforçou que as discussões sobre a privatização são página virada

Ministério da Ciência e Tecnologia e FINEP firmam contratos de R\$ 360 mi com indústria aeroespacial

“Recursos serão destinados ao desenvolvimento de projetos estruturantes e estratégicos, que levarão à conquista da autonomia tecnológica do Brasil”, destacou a ministra Luciana Santos

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) firmaram nesta sexta-feira (5), em São José dos Campos, no interior paulista, contratos para o desenvolvimento de projetos estruturantes da indústria aeronáutica e espacial do Brasil.

Os recursos são de subvenção econômica à inovação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e, portanto, não reembolsáveis. Os contratos foram assinados pela ministra Luciana Santos durante evento em comemoração aos 30 anos da Associação das Indústrias Aeroespaciais do Brasil (AIAB). Também estiveram presentes o diretor de Inovação da Finep, Elias Ramos de Souza, o vice-governador do Estado de São Paulo, Felício Ramuth, o presidente da AIAB, Julio Shidara, o prefeito de São José dos Campos e os executivos das empresas.

“Os recursos que anunciamos são destinados ao desenvolvimento de projetos estruturantes e estratégicos, que levarão à conquista da autonomia tecnológica do Brasil em setores que atuam na ponta da pirâmide de agregação de valor”, disse Luciana.

Segundo a ministra, os projetos desenvolverão tecnologias para a aviação do futuro, que envolvem temas como eletrificação e automação, e um satélite óptico de alta definição, que poderá ser usado para monitoramento e vigilância de florestas, rios e mares, proteção de terras indígenas, defesa e segurança pública.

“Os investimentos na indústria aeroespacial têm repercussões para além do setor, como na educação e na formação de mão de obra especializada. Ao criar demanda por profissionais especializados, os incentivos à indústria aeroespacial estimulam as universidades e centros de pesquisa a produzir conhecimento. Além disso, criam oportunidades para novas startups e empresas de tecnologia de pequeno e médio porte, gerando emprego de alta qualidade e reduzindo a fuga de cérebros”, ressaltou.

EDITAIS

A cerimônia de assinatura dos contratos aconteceu nesta sexta-feira (5 de maio) durante evento em comemoração aos 30 anos da AIAB



(Associação das Indústrias Aeroespaciais do Brasil), ocorrido em São José dos Campos (SP). Estiveram presentes a ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, o diretor de Inovação da Finep, Elias Ramos de Souza, o vice-governador do Estado de São Paulo, Felício Ramuth, o presidente da AIAB, Julio Shidara, o prefeito de São José dos Campos e os executivos das empresas.

Selecioneados em dois editais da Finep, os quatro projetos liderados pelas empresas Embraer, Visio-na, Akaer e ACS, que juntas irão investir mais R\$75 milhões nas pesquisas, a título de contrapartida financeira, são considerados estratégicos e deverão elevar a autonomia tecnológica nacional nos setores aeronáutico e espacial.

No edital Plataformas Demonstradoras de Novas Tecnologias Aeronáuticas – as três propostas vencedoras englobam o desenvolvimento de aeronaves e de tecnologias para a aviação do futuro, baseada em propulsão mais sustentável ambientalmente, como a elétrica, e na navegação não-tripulada, o mais autônoma. As tecnologias serão desenvolvidas pela Embraer, kaer e ACS, em parceria com outras empresas do setor.

Já o Edital Satélite de pequeno porte de observação da terra de alta resolução, uma parceria entre a Finep e a Agência Espacial Brasileira (AEB), selecionou um projeto, apresentado pela Visio-na Tecnologia Espacial S.A., que irá desenvolver, também em parceria com outras indústrias, um satélite óptico de alta definição. A tecnologia dará ao país autonomia para produzir imagens do espaço necessárias para diversas necessidades do Estado e da sociedade, como o monitoramento e vigilância de florestas, rios e mares, a proteção de terras indígenas contra garimpos ilegais e invasões, e a identificação de ilícitos fronteiriços e da pesca ilegal. O satélite po-

derá, ainda, ser utilizado para Defesa e segurança pública. A Finep e a AEB acompanharão conjuntamente essa proposta.

Para a ministra Luciana Santos, os projetos selecionados nos dois editais levarão à conquista da autonomia tecnológica do Brasil em setores que atuam na ponta da pirâmide de agregação de valor e terão impacto para além da cadeia aeroespacial.

Ela disse, ainda, que os investimentos na indústria aeroespacial têm repercussões para além do setor, como na educação e na formação de mão de obra especializada. “Ao criar demanda por profissionais especializados, os incentivos à indústria aeroespacial estimulam as universidades e centros de pesquisa a produzir conhecimento. Além disso, criam oportunidades para novas startups e empresas de tecnologia de pequeno e médio porte, gerando emprego de alta qualidade e reduzindo a fuga de cérebros”, ressaltou.

De acordo com o diretor de Inovação da Finep, Elias Ramos de Souza, o apoio a projetos estruturantes do setor aeroespacial brasileiro demonstra o compromisso da Finep com a reindustrialização do país, baseada em inovação. “Desta forma, é possível elevar a competitividade mundial da nossa indústria aeronáutica e garantir a soberania nacional em tecnologias espaciais estratégicas”, disse.

“Estamos muito felizes em dar continuidade à nossa longa parceria com a Finep e poder contribuir com o avanço de tecnologias e transbordamento dos conhecimentos para outros setores da economia brasileira, avançar na agenda de descarbonização do planeta e gerar benefícios sócios-econômicos ao Brasil, por meio da inovação, ciência e tecnologia”, disse Henrique Langenegger, Engenheiro-Chefe da Embraer.



Ao invés de combater evasão, Tarcísio quer fechar as salas, crítica o presidente da UMES

Tarcísio quer fechar 300 salas de aula e aumentar superlotação nas escolas

O governo de São Paulo confirmou o fechamento de mais de 300 salas de aula em escolas estaduais. A medida que visa cortar custos propõe que os alunos destas salas sejam transferidos para outras classes nas mesmas escolas, mantendo assim a superlotação que dificulta o aprendizado.

Segundo a Secretaria da Educação, os alunos não serão transferidos de escolas e turnos, mas haverá um redimensionamento de 0,3% (312) do total de 104 mil classes. Levantamento do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp), entretanto, aponta que o número de classes fechadas é 326.

Para a Apeoesp, a gestão de Tarcísio de Freitas (Republicanos) quer promover uma “reorganização disfarçada”. A entidade afirma que esse movimento pode causar o fechamento de escolas, e não apenas das classes.

Presidente da Apeoesp, a professora Bebel Noronha alerta para o risco de sucateamento do ensino na rede pública. “Quanto mais cheia é uma sala de aula, menos humanizado é o aprendizado”, disse em entrevista ao portal G1. “A escola precisa de espaço e de contato com os alunos para trabalhar temas como ataques”.

A lotação das classes não deve passar o determinado por resolução, que varia de 30 a 45, dependendo do ano do ensino fundamental ou médio. Segundo o sindicato, o fechamento poderá implicar em: Salas de aula mais cheias e, por isso, menos humanizadas; Sobrecarga de trabalho dos professores, que resulta em profissionais mais estressados; Alunos mais dispersos na sala de aula, porque um professor não consegue dar atenção; Menos liberdade para ensinar, porque atividades mais complexas como dissertações e redações levam mais tempo para serem produzidas e corrigidas, então um modelo mais rápido é escolhido e; Demissão de professores.

“A qualidade de ensino tem a ver sim com a quantidade de alunos presentes em sala de aula. A denúncia que recebemos é que tem escola com 21 alunos que, simplesmente, as diretorias de ensino fecham a sala e obrigam as escolas a realocar os alunos”, criticou a dirigente do sindicato.

GOVERNADOR NÃO QUER INVESTIR NA EDUCAÇÃO, CRITICA UMES

Em declaração ao HP, Lucca Gidra, presidente da União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo (UMES SP), afirmou que o governo estadual sucateia ainda mais a educação, que em vez de investir, retira recursos e complica ainda mais a vida dos estudantes.

“Isso é mais um ataque do Governo do Estado, de como eles pretendem cortar R\$ 10 bilhões da educação, agora eles querem fechar a sala para reduzir investimento na educação. O governador não quer investir na educação, Tarcísio deixa isso claro quando fala em reduzir de 25% a 30% aqui o piso de educação aqui no estado, que representa o corte de R\$ 10 bi na educação e 16% do orçamento da educação. Agora, quer reduzir sala de aula para diminuir a quantidade de verba que ele manda pra educação”, disse.

“O que ele devia fazer na verdade é ampliar a quantidade de sala de aula e focar em reduzir, não a quantidade de classe de aula, mas focar em reduzir a quantidade de aluno por classe, ou seja, se está ocorrendo menos demanda, então vamos ver como que a gente faz pra diminuir a quantidade de alunos por sala de aula, ou seja, botar 25 a 30 alunos por sala. Mas o que não dá pra acontecer é a gente ter 40 alunos, às vezes 45 numa sala e aí pensar ‘diminuiu um pouquinho vamos juntar com outra sala, vamos dividir entre as outras salas, vamos superlotar mais salas, vamos superlotar mais escolas, isso não dá pra acontecer””, continuou Lucca.

COMBATE À EVASÃO

O presidente da UMES também questiona porque o governo não está tentando resolver o problema da evasão escolar, indagando que as escolas hoje passam por uma situação sensível, onde é preciso investimento.

“Ocorre uma diminuição da demanda, precisa entender o porquê está acontecendo essa diminuição, precisa-se entender o porquê dos alunos não estão indo pra escola. Onde está o problema da evasão escolar? Por que tem aluno deixando de estudar pra ter que trabalhar? Então a gente precisa resolver esse problema também”, disse Lucca.

“Nós precisamos de uma política séria na educação e de mais investimento, as escolas precisam de investimento e o Tarcísio vem nessa tratativa de fechar sala de aula, de cortar da educação, de querer colocar policial dentro da escola e justamente no momento, ele quer fazer essas medidas para poupar orçamento, onde a educação está super-sensibilizada, os estudantes estão reclamando muito da implementação da Secretaria de Educação do novo ensino médio e consequentemente ocorrem também diversas reivindicações pra gente ter uma escola segura. E aí nesse momento que a gente precisa de mais investimento, não de menos. Precisamos nos preocupar em como que a gente faz pra deixar mais professor por aluno. Não ficar superlotando a sala de aula”, afirmou.

Recuperar os direitos bombardeados pelo fascismo bolsonarista

Estrutura sindical, unicidade e negociação coletiva foram os alvos. Dispersar agora é fazer o jogo dos inimigos dos trabalhadores

Os ataques da turma (ou gangue) Bolsonaro/Temer contra a organização sindical seguem hipocritamente a lógica liberal clássica, como se estivessem à época da livre concorrência. Por sem-vergonhice, professam a crença que, atualmente, não é necessário o Estado, a justiça trabalhista nem a legislação trabalhista para defender os trabalhadores da ganância patronal. “Os melhores não de se impor pela dedicação e por fazerem uso dos métodos mais eficazes de trabalho”. A livre concorrência seria então a mola mestra da eficiência. Valorizar o espaço e a liberdade de ação. Estaria aí o segredo do sucesso.

O pluralismo sindical, primo pobre do liberalismo clássico, defendido mais explicitamente por organizações como a Anamp (Associação Nacional dos Movimentos Populares e de Oposição Sindical) e a CSA, a Confederação Sindical das Américas, hegemônica pelos americanos, tem a fé que a concorrência entre sindicatos com a mesma base favoreça o desempenho do mais competente, portanto, traria benefícios para todos os trabalhadores.

Ao contrário, a unicidade sindical (alvo da hostilidade neoliberal), ao lado da contribuição de um dia de trabalho de toda categoria para custeio do sindicato, é a união dos trabalhadores para enfrentar o monopólio dos patrões. Foi a fórmula genial bolada por Getúlio Vargas, que, com a ação fiscalizadora do Ministério do Trabalho e a vigilância da Justiça do Trabalho, construiu uma poderosa rede de proteção aos direitos e aos salários dos trabalhadores.

Na prática, como não estamos no capitalismo da livre concorrência, como estamos na época do domínio dos cartéis financeiros e industriais, que dividem o mundo entre si, de maneira oposta do que se propalava, as mudanças foram desastrosas para os trabalhadores.

A reforma trabalhista provocou inúmeras baixas nos direitos. Foram mais de cem artigos da CLT modificados. São exemplos: o trabalho intermitente, quando o trabalhador fica à disposição do patrão, mas só ganha as horas efetivamente trabalhadas; a terceirização selvagem; a liberação do ambiente insalubre para a mulher grávida, desde que com autorização do médico da empresa, entre outras barbaridades.

Na estrutura sindical, as medidas foram arrasadoras, como a desobrigação dos trabalhadores com a contribuição sindical (a arrecadação dos sindicatos, federações, confederações e centrais sindicais caiu 90%); a liberação para o patrão fazer a homologação na empresa do empregado demitido (as fraudes no pagamento dos direitos saíram do controle); estabelecimento de obstáculos quase intransponíveis ao acesso do trabalhador à Justiça do Trabalho (com a determinação que ele arque com as custas, caso perca a reclamação); instituiu-se a primazia da negociação individual sobre a coletiva e da coletiva sobre o legislado; pôs-se fim à ultratividade – dispositivo legal determinando que, enquanto não se chega a um novo acordo, prevalece o que já está assinado. Quanto a pedir dissídio à Justiça? Só por consenso entre as partes, ou seja, nunca.

É claro que os megacapitalistas e seus prepostos que administram os monopólios gigantes, estrangeiros e nacionais, da indústria e do sistema financeiro, apreciam muito mais o pluralismo sindical. Com os lucros extraordinários gerados, especialmente nos países dependentes, são próprios da época em que vivemos investimentos em benesses e privilégios a uma camada do proletariado para formação de uma “aristocracia operária” para dividir os trabalhadores, jogando uns contra os outros, e lhes prestar apoio em projetos estratégicos.

Com a vitória do presidente Lula, o que se viu foi uma corrida por parte de algumas centrais, pegando carona na reforma temerista, no sentido do semipluralismo sindical. É exemplo a proposta de criação de um comitê todo-poderoso de autorregulação para substituir as funções do Estado e da justiça ou a de implementação de índices mínimos de representatividade para as entidades sindicais terem a exclusividade de negociação. Chamou a atenção o empurrão nas confederações e federações, no sentido contrário à sua autonomia, e em direção à absorção nas estruturas orgânicas das centrais e, o mais grave, a má impressão deixada de que se estava armando para escantear os sindicatos das negociações coletivas.

Esperar-se-ia (perdoem-me o uso da mesóclise) que as centrais, especialmente na organização sindical, onde as baixas foram maiores, com a vitória eleitoral de Lula, defendessem a unicidade sindical dos ataques bolsonaristas. Centrassem seu fogo na revisão dos crimes trabalhistas e no restabelecimento, no mais possível, dos direitos já conquistados, pelo menos, dos mais importantes, ou seja, uma plataforma mínima de direitos usurpados. Mas o que se viu foi uma correria danada, um projeto malfeito, com propostas genéricas e divisionistas. Uma reforma da reforma.

Ainda bem que o movimento sindical reagiu com notas de repúdio e de protestos ao atropelo. Insistir na diluição ficou muito mais difícil, sem espaço. É urgente, para que os trabalhadores possam recuperar sua capacidade de luta, sua confiança nas lideranças sindicais e integrarem a grande frente pela mudança de rumos na política de submissão ao imperialismo, superar essas lacunas.

CARLOS PEREIRA

Centrais repudiam manutenção de juros do BC: ‘Política nefasta’



Câmara aprova Projeto de Lei que amplia punição a empresas que desrespeitam lei da igualdade salarial

A Câmara dos Deputados aprovou, nesta quinta-feira (4), o Projeto de Lei (PL 1085/2023), que institui medidas para garantir a igualdade salarial entre mulheres e homens na realização de trabalho de igual valor ou no exercício da mesma função.

Foram 325 votos favoráveis e 36 contrários ao parecer final da deputada Jack Rocha (PT-ES), definido após negociação entre os líderes partidários. “Este será mais um passo para avançarmos no enfrentamento à desigualdade no ambiente de trabalho, que se aprofundou durante a pandemia de Covid-19”, afirmou a relatora.

O projeto foi enviado pelo Poder Executivo no dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, como proposta de alteração da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que passa a determinar a obrigatoriedade da igualdade salarial. Para isso, estabelece mecanismos de transparência e de remuneração a serem seguidos pelas empresas, o aumento da fiscalização e a aplicação de multas em caso de descumprimento das regras.

O texto determina “a publicação semestral de

relatórios de transparência salarial e remuneratória pelas pessoas jurídicas de direito privado com cem ou mais empregados”. Os relatórios conterão “dados anonimizados e informações que permitam a comparação objetiva entre salários, remunerações e a proporção de ocupação de cargos de direção, gerência e chefia preenchidos por mulheres e homens, acompanhados de informações que possam fornecer dados estatísticos sobre outras possíveis desigualdades decorrentes de raça, etnia, nacionalidade e idade, observada a legislação de proteção de dados pessoais e regulamento específico”.

Em caso de infração à igualdade de salários, será aplicada multa que corresponde “a dez vezes o valor do novo salário devido pelo empregador ao empregado discriminado, elevada ao dobro, no caso de reincidência, sem prejuízo das demais cominações legais”. Atualmente, a multa fixada pelo juiz em favor do empregado prejudicado é de 50% do teto dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, o que equivale a R\$ 3.753,74.

Além da multa, a em-

presa deverá apresentar e implementar um “plano de ação para mitigar a desigualdade, com metas e prazos, garantida a participação de representantes das entidades sindicais e de representantes das trabalhadoras e dos trabalhadores nos locais de trabalho”. Caso o plano não seja cumprido, “será aplicada multa administrativa cujo valor corresponderá a até 3% da folha de salários do empregador, limitado a cem salários mínimos, sem prejuízo das sanções aplicáveis aos casos de discriminação salarial e remuneratória entre mulheres e homens”.

“Uma vitória importante para que, de uma vez por todas, tenhamos salários iguais para trabalhos iguais. Agradeço as deputadas e deputados pelos votos favoráveis ao projeto apresentado por nosso governo no dia 8 de março”, escreveu o presidente Lula em suas redes sociais. “Este é um grande avanço de uma luta secular pelos direitos das mulheres”, comemorou em suas redes sociais a deputada Alice Portugal (PcdoB-BA). O texto segue agora para o Senado.

“Banco Central continua insensível ao sofrimento de milhares de brasileiros”

As centrais sindicais, que já vinham se manifestando em diversos fóruns, como no último 1º de Maio, contra as altas taxas de juros praticadas pelo Banco Central (BC), repudiaram a decisão do Copom, na quarta-feira (3), pela manutenção da maior taxa de juro real do mundo, e pedem o imediato afastamento de Roberto Campos Neto do comando do banco.

“Mais uma vez, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central frustra o setor produtivo e a classe trabalhadora. A manutenção da taxa de juros em 13,75% é uma política econômica equivocada e nefasta e que se curva aos especuladores”, afirma a Força Sindical em nota divulgada na noite de quarta-feira.

Conforme o presidente da Força, Miguel Torres, “infelizmente, o Banco Central continua insensível ao sofrimento de milhares de brasileiros que estão fora do mercado de trabalho ou em condições precárias na informalidade”.

Para a CUT (Central Única dos Trabalhadores), que também publicou nota de repúdio, a postura do Copom “é inexplicável e inaceitável”.

“Governo e empresários do setor produtivo, as centrais sindicais e parlamentares têm feito forte e justa pressão pela redução da taxa Selic, mas o Banco Central abusa de seu forte atrelamento ao sistema especulativo e financeiro e insiste em boicotar as iniciativas governamentais para criar condições para a o consumo voltar a crescer e as empresas terem créditos mais baratos para produzirem

mais, empregarem mais e fazerem a economia voltar a crescer”, afirma a nota.

A entidade também acusa o BC de “boicotar o governo”, ao impedir “a retomada do crescimento e a geração de emprego e renda” e de “beneficiar especuladores e rentistas, em detrimento de quem investe na produção e na prestação de serviços”.

O presidente da UGT (União Geral de Trabalhadores), Ricardo Patah, também defendeu a saída de Campos Neto do BC, destacando que “o comércio está em uma grave situação, com inadimplência elevada, baixo consumo, juro elevado e concorrência desleal das plataformas digitais”.

A CSB (Central dos Sindicatos Brasileiros) também se manifestou em nota, afirmando que a decisão do Copom é um ataque à geração de empregos. “Pedimos a revogação da independência do Banco Central ou, pelo menos, a mudança na lei, estabelecendo a estabilidade monetária e a busca pelo pleno emprego como metas imediatas e prioritárias, o chamado duplo mandato”, disse a central.

Para o presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Adilson Araújo, “uma taxa de juros a 13,75% frustra qualquer projeto de crescimento econômico”. “A política monetária, capitaneada pelo Banco Central, agora independente, conspira abertamente contra a recuperação da economia, perpetuando a estagnação”. Uma taxa de juros a 13,75% frustra qualquer projeto de crescimento econômico”, salientou Araújo.

Governo envia PL com previsão de aumento real para o salário mínimo

O governo Lula enviou ao Congresso Nacional o projeto de lei que reestabelece uma política de valorização do salário-mínimo. O despacho oficializando o envio do texto foi publicado no Diário Oficial da União, nesta sexta-feira (05), contudo a matéria ainda não foi divulgada na íntegra.

De acordo com o Ministério do Trabalho, o projeto prevê um cálculo de reajuste do salário mínimo que leva em conta a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) dos 12 meses anteriores, acrescidos da taxa de crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) do segundo ano anterior ao vigente.

O INPC mede a variação de preços da cesta de produtos e serviços consumidos por famílias com rendimento médio mensal de um a cinco salários mínimos, e parcela mais pobre dos trabalhadores. De acordo com os dados divulgados pelo IBGE em abril, nos últimos 12 meses, o INPC acumulou alta de 4,36%.

O PIB, por sua vez, é a soma de todos os bens e serviços produzidos por um país. Em 2022, o PIB do Brasil cresceu 2,9%. Deste modo, o aumento do salário mínimo no próximo ano seria de 4,36% do INPC acrescido dos 2,9% do PIB.

Pelo projeto de lei, em tese, quanto mais o PIB do país crescer, mais o salário mínimo vai aumentar. De maneira inversa, com crescimento negativo do PIB, o salário mínimo será reajustado apenas pelo índice da inflação vigente na ocasião, o que já é previsto em lei.

No pronunciamento em rede nacional no último domingo (30), em come-

moração ao Dia do Trabalho, Lula comentou que o projeto tem como objetivo garantir “que esta conquista seja permanente, e o salário mínimo volte a ser reajustado todos os anos acima da inflação, como acontecia quando governamos o Brasil.”

O texto enviado ao Congresso segue os moldes do reajuste que foi adotado entre 2007 e 2019, política não renovada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, que manteve o salário sem qualquer ganho real. Se aprovado, o novo cálculo deve entrar em vigor a partir de 2024. Atualmente, o salário mínimo está em R\$ 1.320.

“DESVALORIZAÇÃO”

Em reunião com o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, no início de abril, as centrais sindicais apresentaram uma proposta de valorização do salário que conseguisse dar conta da desvalorização que se abateu sobre o poder de compra dos trabalhadores nos últimos anos.

A proposta apresentada pelas entidades representativas dos trabalhadores previa que o salário mínimo tivesse uma taxa fixa de 2,4% ao ano, além do acréscimo da inflação e variação do PIB dos dois anos anteriores.

Na ocasião, as centrais ressaltaram que o salário mínimo atualmente corresponde a cerca de 50% do valor real do poder de compra em comparação ao período de sua criação, em julho de 1940. Considerando os valores atualizados para dezembro de 2022, o mínimo deveria ser de R\$ 2.441,38 para se equiparar aos valores vigentes no período de sua fundação.





Campanha pela liberdade de Assange Assange convida Charles III a “visitar a prisão de Belmarsh, honra digna de um rei coroado”

“Como prisioneiro político, mantido a bel prazer de Sua Majestade em nome de um soberano estrangeiro embaraçado, sinto-me honrado em residir dentro dos muros desta instituição de classe mundial”, diz Assange, referindo-se sarcasticamente à masmorra inglesa onde está sequestrado.

O mais notável preso político do mundo na atualidade, o jornalista Julian Assange, divulgou, na véspera da coroação de Charles III, uma carta em que o convidou a visitá-lo na prisão. “Na coroação de meu senhor, achei apropriado estender-lhe um convite cordial para comemorar esta ocasião importante visitando um reino dentro de seu próprio reino: a Prisão de Sua Majestade em Belmarsh”, começa a carta do fundador do WikiLeaks.

“É aqui que 687 de seus súditos leais estão detidos, apoiando o recorde do Reino Unido como a nação com a maior população carcerária da Europa Ocidental”, observa Assange.

PRESO POLÍTICO

“Como prisioneiro político, mantido a bel prazer de Sua Majestade em nome de um soberano estrangeiro embaraçado, sinto-me honrado em residir dentro dos muros desta instituição de classe mundial”, acrescenta sarcasticamente, sobre a instalação que é tida como a ‘Guantánamo britânica’ e sobre o empenho de Joe Biden pela extradição.

Assange teve sua extradição pedida pelos EUA, sob acusação de ‘espionagem’, por ter trazido a público, junto com alguns dos maiores jornais do planeta, os arquivos do próprio Pentágono e do Departamento de Estado sobre os crimes de guerra cometidos no Iraque e no Afeganistão – massacres, bombardeios, tortura -, bem como interferências em terra alheia. Se extraditado, será levado para o ‘tribunal da CIA’ na Virgínia, sujeito a 175 anos de cárcere – ou coisa pior.

Antes, o jornalista sofreu uma perseguição feroz de Washington, que o forçou a se refugiar na embaixada do Equador, e também foi submetido a uma operação de ‘assassinato de reputação’. O que, para o Relator especial da ONU, Nils Melzer, equivaleu a tortura. O governo Trump discutiu seu sequestro e assassinato.

Quando Washington conseguiu de um vassalo no poder no Equador a retirada do status de refugiado de Assange, ele foi arrancado da embaixada e há quatro anos está encarcerado nessa prisão britânica de segurança máxima.

O pedido de extradição foi aprovado pela alta corte britânica, apesar da primeira instância a ter recusado, por temer pela vida de Assange, sob as condições iníquas do sistema prisional norte-americano. Em seguida, a extradição foi carimbada pelo governo britânico, e só não foi executada devido a ações impetradas pela defesa.

“CABEÇAS DE ATUM”

Assange também convidou Carlos III a experimentar as “delícias culinárias” oferecidas na real prisão, confeccionadas “com um generoso orçamento de duas libras esterlinas por dia” (a fortuna pessoal de Charles III foi estimada em quase \$ 2 bilhões de libras).

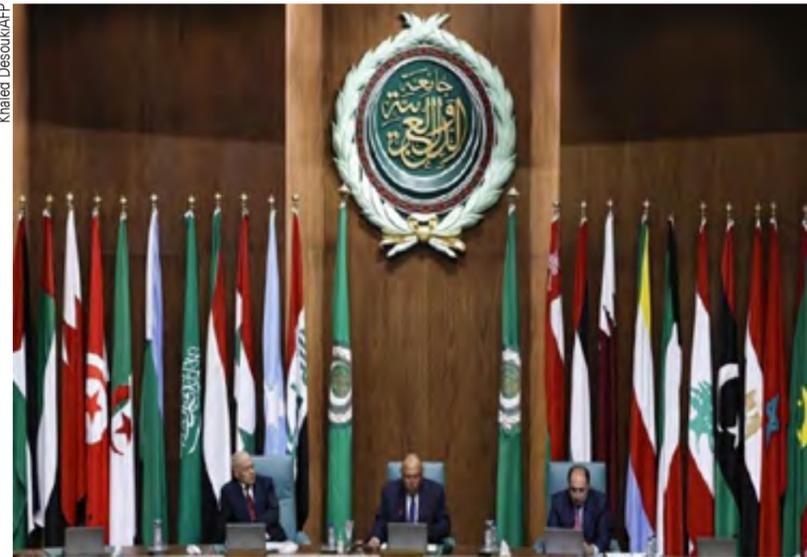
“Prove as cabeças de atum misturadas e as onipresentes formas reconstituídas supostamente feitas de frango”, descreve Assange, que também fala na carta sobre a administração aos encarcerados de drogas de serventia duvidosa e até sobre o suicídio de um detento prestes a ser deportado.

Além disso, “aqui você ficará maravilhado com as regras sensatas projetadas para a segurança de todos, como a proibição do xadrez, ao mesmo tempo em que permite o jogo de damas, muito menos perigoso”, continua Assange. “E se você vier na primavera, poderá até ter um vislumbre dos patinhos deixados pelos patos selvagens desonestos dentro da prisão. Mas não demore, porque os ratos vorazes garantem que suas vidas sejam curtas”.

“Eu imploro a você, Rei Charles, que visite a prisão de Sua Majestade em Belmarsh, pois é uma honra digna de um rei. Ao embarcar em seu reinado, lembre-se sempre das palavras da Bíblia: ‘Bem-aventurados os misericordiosos, pois eles alcançarão a misericórdia’ (Mateus 5:7). E que a misericórdia seja a luz guia de seu reino, dentro e fora das paredes de Belmarsh.”

Desde a sua prisão, arrancado de dentro da embaixada do Equador em Londres, as manifestações por sua libertação seguem ocorrendo na Inglaterra, Estados Unidos e em todo o mundo. As lideranças do jornalismo alertam que manter Assange, que denunciou as barbáries de guerra perpetradas pelos Estados Unidos, é o maior risco à liberdade de imprensa no momento atual.

Liga Árabe reintegra Síria na “defesa de sua soberania e integridade territorial”



Mesa diretora da reunião plenária da Liga Árabe realizada no Cairo

Milicianos trumpistas são condenados por participação na invasão do Capitólio

Quatro integrantes da milícia trumpista “Proud Boys” (Rapazes Orgulhosos) foram condenados, nesta quinta-feira (4), por participarem da organização e da invasão do Capitólio (Congresso dos EUA) no dia 6 de janeiro de 2021, incluindo a depreciação de prédio público.

O ataque, comandado por Trump, buscava inviabilizar a posse do presidente eleito, Joe Biden, cuja vitória, o derrotado e então ocupante da Casa Branca, tentou obstruir por meios fraudulentos desde o início da apuração. Quando esta deu vitória a Biden, passou a invasão de depreciação do Capitólio no dia em que o Congresso declararia Biden e sua vice, Kamala Harris, empossados. O que acabou acontecendo quando a balbúrdia foi detida.

O júri da Corte de Washington considerou os quatro culpados de “sedição”. Um deles, Dominic Pezzola foi filmado com um escudo roubado à polícia e usando-o para quebrar vidraças do prédio do Congresso. Ele foi condenado também por roubo e, junto com os demais condenados, por tentativa de obstrução de sessão do Congresso e por destruição de bens públicos.



Dominic Pezzola (ao centro), do bando ‘Proud Boys’

Os integrantes deste grupo de condenados agora podem ser punidos por até 20 anos de cadeia.

Uma outra milícia, os “Oath Keepers” (Guardiões do Juramento) teve seis de seus integrantes condenados em julgamentos já ocorridos em novembro do ano passado e janeiro deste ano.

Enrique Tarrio, ex-líder nacional dos Proud Boys, preso em Miami em março de 2022, não estava em Washington em 6 de janeiro, mas era suspeito de liderar o ataque.

A acusação se baseou em comprovação de um encontro de Tarrio, com Stewart Rhodes, líder do Oath Keepers – também já condenado -, em 5 de janeiro, véspera do ataque, em um estacionamento subterrâneo

em Washington. Depois disso, Tarrio manteve contato com membros dos Proud Boys que invadiram o Capitólio.

Desde a invasão daquele 6 de janeiro, mais de 950 arruaceiros apoiadores de Trump foram presos e acusados de semear o caos no Congresso.

Investigação não vinculada desenvolvida por Comissão Parlamentar já recomendou que Trump seja acusado criminalmente por convocar a baderna e conspirar contra o Estado.

O conselheiro especial do Departamento de Justiça, Jack Smith, investiga o papel de Trump e apoiadores na tentativa de anular o resultado da eleição presidencial de 2020 e pode indiciá-lo por este crime.

Nazistas sabotam democracia na Grécia e são punidos pela Justiça

Por decisão da Suprema Corte da Grécia, o partido nazista ‘Helenos’ está proibido de disputar as eleições gerais do dia 21 de maio.

A sentença foi aprovada por 9 dos 10 magistrados da Corte, que reconhece o caráter antidemocrático do bando que é vezeiro em perpetrar ataques a políticos e ativistas progressistas como também a imigrantes.

A decisão judicial respalda a lei aprovada pelo parlamento grego que torna ilegíveis os condenados por crimes graves, assim como os partidos que tais criminosos lideram.

Essa definição se encaixa perfeitamente nos “Helenos”, que tem lideranças cumprindo pena prisional há alguns anos, incluindo seu chefe máximo, Ilias Kasidiaris, que está condenado a 13,5 anos, desde outubro de 2020, acusado de chefiar organização criminosa e posse ilegal de armas.

É a primeira vez que um partido é proibido de participar nas eleições desde que foi restaurada a democracia na Grécia,



Kasidiaris está preso por chefiar organização criminosa

em 1974, após os sete anos da ditadura dos coronéis, de acordo com especialistas.

Com essa decisão a Justiça grega rompeu com uma postura mais contemplativa que vinha adotando. Kasidiaris é um admirador do Terceiro Reich e tem uma suástica tatuada no braço esquerdo. Certa vez, ele deu um soco em um legislador comunista na televisão e ficou por isso mesmo. Ele prega para seus 120 mil seguidores do Youtube e por meio de mensagens de voz da prisão.

Na súmula em que tomou a decisão, a mais alta corte do Judiciário grego argumentou que tal medida foi necessária para proteger a democracia no país. Os advogados do partido fascista informaram que não aceitam a decisão tomada pela Suprema Corte e anunciaram que recorrerão ao Tribunal Europeu para poder participar do pleito deste mês.

O porta-voz do governo grego, Akis Skertsos, saudou o que chamou de “decisão histórica” que impede “os inimigos da democracia” de se sentar no parlamento. “É nosso dever comum proteger a democracia”, acrescentou.

A reunião com os 22 países membros aprovou unânime a reintegração da Síria “de acordo com a Carta da Liga Árabe e seus princípios”

Em uma grande vitória para o governo Assad e para estabilização do Oriente Médio, o Conselho da Liga Árabe aprovou no Cairo por unanimidade a reintegração da Síria, cuja participação havia sido suspensa em 2011 sob as manobras de Washington para impor uma mudança de regime em Damasco, então endossadas pela maioria da organização. “A partir desta noite, a Síria é um membro pleno da Liga Árabe”, afirmou o secretário-geral da Liga, Ahmed Aboul Gheit.

A reunião, em nível de ministros das Relações Exteriores árabes, é preparatória da cúpula da organização que ocorrerá a partir do próximo dia 19, em Riad, e também discutiu os esforços para deter o conflito no Sudão.

“A decisão de readmitir a Síria não teve objeção por nenhum dos 22 países membros”, disseram fontes citadas pelo jornal estatal egípcio Al Ahram.

Na reunião anterior da Liga Árabe em abril, vários países membros, entre esses Argélia e Iraque, haviam se manifestado a favor da reintegração imediata da Síria. O que levou o porta-voz do Departamento de Estado, Vedant Patel, a reclamar que Washington não acreditava que a Síria “merecesse readmissão” na Liga Árabe.

A resolução reitera “o compromisso com a preservação da soberania, integridade territorial e estabilidade da Síria, em virtude da Carta da Liga Árabe e seus princípios” e chama a “continuar e intensificar os esforços árabes destinados a ajudar a Síria a sair de sua crise e acabar com o sofrimento do povo sírio fraterno”.

DAR VOZ A DAMASCO

O anfitrião da reunião, chanceler egípcio Sameh Shoukry, afirmou que a crise síria provou ao longo dos anos que a única maneira de chegar a uma solução é “através da própria Síria, sem diktats externos”.

O governo sírio, que sempre considerou ilegítima sua suspensão, reagiu à decisão da Liga Árabe assinalando que a recebeu com “interesse”, registrando “as tendências e movimentos positivos que estão ocorrendo atualmente na região árabe” e acrescentando acreditar que “beneficiam todos os países árabes e favorecem a estabilidade, a segurança e o bem-estar de seus povos”.

O comunicado destacou ainda que “a Síria é membro fundador da Liga Árabe e sempre teve uma posição forte a favor do fortalecimento da ação árabe conjunta”.

A declaração síria reafirmou que a próxima etapa requer “uma abordagem árabe bilateral e plural efetiva, baseada no diálogo e no respeito mútuo”.

Em reunião anterior de chanceleres em Amã, os países árabes haviam pedido a retirada das forças estrangeiras da Síria, o avanço do processo político e discussão de medidas para o retorno dos refugiados. A reunião deste domingo formou um comitê constituído pelo Egito, Arábia Saudita, Iraque, Líbano, Jordânia e pelo secretário-geral da Liga Árabe Gheit para continuar o diálogo direto com o governo sírio por uma solução integral para a crise síria.

A decisão reflete o enfraquecimento da ingerência norte-americana no Oriente Médio, que ficou patente com a bem sucedida mediação da China para a restauração das relações diplomáticas entre a Arábia Saudita e o Irã, que também abre caminho para a paz no Iêmen.

Reflete, ainda, os crescentes laços entre a Arábia Saudita e a Rússia, desenvolvidos a partir das convergências na OPEP+. A Rússia vem há anos propondo um conceito de segurança coletiva e indivisível na região do Golfo, ao invés de cristalização de blocos oponentes.

Tropas dos EUA, a pretexto de “combater o terrorismo”, mantêm sob ocupação inteiramente ilegal um terço do território sírio, exatamente a região rica em petróleo e trigo, em conluio com milícias da minoria curda, e costumam levar sob comboio armado petróleo roubado dos sírios para o vizinho Iraque.

Ao defender no mês passado a devolução à Síria de sua

condição plena na Liga Árabe, o presidente argelino Abdelmadjid Tebboune disse que “o sistema internacional que reina atualmente é aquele em que os fortes impõem sua vontade aos fracos”. Ele acrescentou que deseja o fim das divisões árabes para que eles “possam retornar à sua posição como uma força a ser reconhecida sob uma nova ordem internacional”.

O ministro das Relações Exteriores sírio, Faisal Mekdad, agradeceu lembrando que “a liderança e o povo da Argélia apoiaram a Síria em sua crise, assim como apoiamos a Argélia na ‘Década Negra’; lutamos juntos contra o terrorismo e o colonialismo”.

Nos meses precedentes, refletindo a nova situação no mundo desde que a Rússia decidiu barrar o genocídio contra o Donbass e a anexação da Ucrânia pela OTAN e, ainda, no próprio terreno na Síria, países que haviam sido arrastados para a guerra de procuração em território sírio começaram a se afastar da virtualmente falida operação norte-americana.

O ministro das Relações Exteriores da Arábia Saudita, príncipe Faisal bin Farhan Al Saud, foi a Damasco se encontrar com o presidente sírio, Bashar al-Assad. Em fevereiro, o passo havia sido dado pelo Egito, com o ministro das Relações Exteriores, Sameh Shoukry, na primeira visita de um alto funcionário egípcio desde 2011. Uma delegação de legisladores árabes encabeçada pelo presidente do Parlamento egípcio, Hanafy al-Gebaly, visitou Assad e outras autoridades sírias.

Poucos dias após o terremoto de fevereiro que devastou o país e a vizinha Turquia, o ministro das Relações Exteriores dos Emirados, Abdullah bin Zayed, visitou a capital síria e participou de uma reunião com Assad. Dias depois, Ayman Safadi, o ministro das Relações Exteriores da Jordânia, visitou Damasco na primeira viagem desse tipo de um alto funcionário jordaniano desde 2011. Outros países, como a Tunísia, formalizaram a retomada das relações diplomáticas.

O próprio Assad fez no mês passado sua segunda visita de Estado desde 2011 a Omã, país que nunca rompeu relações com Damasco, onde foi recebido pelo sultão Haitham bin Tariq. No início de maio, com o distensionamento Irã-saudita em curso, o presidente iraniano Ebrahim Raisi foi a Damasco na primeira visita oficial desde o início do conflito.

Uma parte decisiva desse esforço diplomático pela implosão da frente montada por Washington para a virada de mesa na Síria coube ao chamado Fórum de Astana, em que Rússia, Ira e Turquia foram formalizando entendimentos pelo fim do conflito.

GUERRA DE WASHINGTON

Planejada como desdobramento da derrubada, pela OTAN e seus mercenários, do governo Kadhafi na Líbia, a guerra por procuração contra a Síria foi vendida pela mídia imperial como um ‘levante popular’ contra Assad, no qual cingidamente as tropas de choque eram novos rebentos da Al Qaeda, especialmente o Estado Islâmico, armados por Washington e financiados por petrodolares.

Antes do Estado Islâmico se tornar conhecido por decapar cabeças em vídeo, aquele que se tornaria o “Califa” pode ser visto em trajes civis, como participante de uma reunião de ‘rebeldes moderados’ de que o senador John McCain foi anfitrião, aliás, antecipando a desventura que este exporia no golpe de 2014 em Kiev, ao mirar com rosinhas neomazis na Praça Maidan.

A expulsão da Liga Árabe fezera parte do esforço para isolar a Síria e facilitar a colocação em Damasco de algum fantoche ao gosto da Casa Branca. Provocações com armas químicas quase lograram dar aos EUA uma fachada para intervenção direta, como fizera na Líbia, mas a proposta russa de entrega à OPAQ do arsenal químico sírio – usado como dissuasão contra o arsenal nuclear de Israel – inviabilizou o plano.

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

Indonésia e Coreia do Sul desdolarizam seu comércio

Indonésia e Coreia do Sul firmaram um acordo para usar moedas locais em transações mútuas de comércio, de conta corrente e investimento direto, com objetivo de reduzir a dependência do dólar, informou a agência Reuters, neste sábado (6).

Com isso, amplia-se a desdolarização e cresce o uso das moedas locais de ambos países. O acordo foi concluído através dos bancos centrais da Coreia do Sul e Indonésia, durante a reunião dos Ministros das Finanças e Governadores dos Bancos Centrais da ASEAN+3 na cidade de Incheon, Coreia do Sul.

Essa cooperação ajudará as empresas a reduzir seus custos de transação, bem como a exposição a riscos cambiais, permitindo a cotação direta da taxa de câmbio entre o won coreano e a rupia da Indonésia no comércio interbancário, disseram os bancos centrais em comunicado conjunto.

Os ministros das Finanças e os governadores dos bancos centrais da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) discutiram maneiras de se livrar do dólar, euro, iene e libra esterlina nas transações financeiras e realizar suas trocas comerciais por meio do sistema de transações em moeda local (LCT), que já começou a ser implementado entre os membros da entidade regional.

A ASEAN é uma união política e econômica fundada em 1967 para promover a cooperação econômica, política, de defesa e cultural entre os países do Sudeste Asiático. Os dez membros que compõem são: Brunei, Camboja, Indonésia, Laos, Malásia, Mianmar, Filipinas, Cingapura, Tailândia e Vietnã.

Além disso, as 10 nações decidiram retirar-se gradualmente da rede de pagamento digital Visa e Mastercard para não depender de empresas fora de seu controle.

O presidente indonésio, Joko Widodo, estimulou as administrações regionais a começarem a usar cartões de crédito emitidos por bancos locais e gradualmente parar de usar sistemas de pagamento estrangeiros, o que ele acredita ser necessário diante das perturbações geopolíticas, citando sanções contra o setor financeiro da Rússia durante o conflito na Ucrânia.

Dados do Fundo Monetário Internacional (FMI) indicam que o Produto Interno Bruto (PIB) nominal combinado do bloco em 2023 é de aproximadamente US\$ 3,9 trilhões.

Roteiristas de Hollywood entram em greve contra arrocho dos salários

Milhares de roteiristas de cinema e televisão em Hollywood entraram em greve nesta terça-feira (2), anunciou o sindicato da categoria. A medida foi adotada depois que negociações salariais com os estúdios e plataformas de streaming não trouxeram resultado satisfatório para a categoria, que também exige melhores condições de trabalho.

O anúncio foi feito pelo sindicato Writers Guild of America (WGA), que representa 11.500 roteiristas. No Twitter, o sindicato afirmou que os membros do conselho votaram unanimemente pela greve. Conforme o órgão, os piquetes começarão na tarde desta terça.

A Aliança de Produtores de Cinema e Televisão (AMPTP, na sigla em inglês), que representa empresas como Disney ou Netflix, também informou em um comunicado que as negociações “terminaram sem um acordo”.

As negociações duraram seis semanas e envolveram gigantes do entretenimento, como Netflix, Amazon, Apple, Disney, NBC Universal, Paramount, Sony e Warner Bros.

Conforme a Associated Press, os programas noturnos de entrevistas, que contam com roteiros baseados em eventos do cotidiano, podem ser os primeiros afetados com a greve dos roteiristas e paralisados de maneira imediata.

Na última vez que um conflito sindical deste tipo aconteceu em Hollywood, em 2007, os roteiristas paralisaram suas atividades por 100 dias, iniciativa que custou

à indústria do entretenimento de Los Angeles quase 2 bilhões de dólares (equivalente a 3,54 bilhões de reais na cotação da época). Com aquela greve os roteiristas conseguiram conquistas importantes como a obtenção de pagamento de direitos autorais quando da reexibição de seus produtos.

Os roteiristas exigem salários mais altos e uma participação maior nos lucros do streaming, isto é, na distribuição de conteúdo por demanda através da internet. Eles apontam que está difícil ganhar a vida com seu trabalho, com salários defasados ou mesmo em queda devido à inflação, enquanto seus empregadores obtêm lucros e aumentam os salários de seus executivos.

O WGA acredita que nunca registrou tantos roteiristas trabalhando pelo salário mínimo fixado pelos sindicatos, enquanto as emissoras de televisão contrataram menos pessoas para escrever séries cada vez mais curtas.

O Comitê de Negociação do WGA disse que iniciou o processo com a intenção de chegar a um acordo justo, mas as respostas dos estúdios foram consideradas “totalmente insuficientes” pelos roteiristas, dadas as condições precárias de trabalho que eles enfrentam.

As telenovelas exibidas durante a manhã e a tarde nos Estados Unidos provavelmente também deverão ser afetadas. Isso ocorre porque lá os episódios são gravados logo após serem escritos.

Aumentos de juro do Fed acirram monopolização bancária nos EUA



Corretores de olho na Bolsa enquanto as ações dos bancos regionais derretem

China adverte que expansão da Otan para Ásia e Pacífico é ameaça à paz

Informações recém-divulgadas sobre a disposição da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) de abrir um “escritório” no Japão em 2024 foram prontamente rechaçadas pelo governo chinês, que advertiu que isso só agravará ainda mais o clima de beligerância existente na região da Ásia e do Pacífico, representando uma afronta à paz. A pretensão belicista do braço armado estadunidense veio à tona na quarta-feira (3) a partir de vazamentos do jornal Nikkei.

“A Ásia é uma âncora para a paz e a estabilidade, uma terra promissora para cooperação e desenvolvimento, não um campo de batalha para a competição geopolítica”, rebateu nesta quinta-feira (4), a porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da China, Mao Ning. Conforme explicitou Mao Ning, “a China sempre acreditou que a cooperação em defesa e segurança entre os países deve conduzir à paz e estabilidade regional e não deve visar ou prejudicar os interesses de terceiros”. “Por interesse próprio e pensamento de soma zero, os Estados Unidos continuam a fortalecer seu destacamento militar na



Mao Ning, porta-voz da Chancelaria da China. (Xinhua)

região, o que está exacerbando a tensão”, ressaltou.

A representante chinesa assinalou que a incursão contínua da Otan na Ásia e no Pacífico deve manter os países da região vigilantes a fim de “evitar serem coagidos pelos EUA”. “A Ásia-Pacífico não aceita a mentalidade da Guerra Fria e o confronto de campo. A Otan deveria refletir profundamente sobre o papel que desempenhou na segurança da Europa, não deveria bagunçar a Europa, nem tentar bagunçar a Ásia-Pacífico e o mundo”, acrescentou Mao Ning.

De acordo com o jornal

japonês, o centro militar ficaria sediado em Tóquio e teria como objetivo servir de ligação entre a Otan e seus principais parceiros na região, incluindo a Coreia do Sul, a Austrália e a Nova Zelândia. Segundo o Nikkei, o acordo deverá ser assinado antes da cúpula da Otan marcada para 11 e 12 de julho em Vilnius, capital da Lituânia.

A Otan tem escritórios semelhantes na Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova Iorque, na Organização para Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), em Viena, Geórgia, Ucrânia, Bósnia e Herzegovina, Moldávia e Kuwait.

Pompa na coroação britânica contrasta com a crise do velho império colonial

Apesar de toda a pompa e opulência previstas, a coroação neste sábado (6) como rei Charles III da apagada e insossa figura de 74 anos que orbitou à sombra de sua mãe por décadas, ameaça expor a crise da carcomida monarquia britânica, apesar de toda a bajulação da mídia global à realeza do feudalismo, seguida pelo tempo em que o sol jamais se punha no império colonial.

Com o Reino Unido cumprindo, na guerra por procuração dos EUA e Otan contra a Rússia, o papel de mais aplicado vassalo, repetindo, aliás, o que Tony Blair fez no Iraque, esse esforço por ressignificar a decadência britânica – de que a coroação é parte – não esconde o objetivo de reforçar a ordem unipolar de Washington. Inclusive no Indo-Pacífico, contra a China.

Recém saído do Brexit e da pandemia, o Reino vive o colapso mais profundo dos padrões de vida desde a Grande Depressão. Tem sofrido uma onda de greves contra o arrocho salarial e volta a se ver diante do separatismo escocês. Lá atrás, sob Thatcher, o país se desindustrializou, as privatizações e a financeirização proliferaram e a conta está por chegar.

EM FAMÍLIA

Na família real, uma situação patética. Charles III é considerado uma figura ridícula, descrito como um “chorão olímpico” por seus próprios amigos, adepto da pseudociência, metido ao ambientalismo majestático e não goza da afeição que a população dedicava à sua mãe, a rainha Elizabeth.

O irmão, príncipe Andrew, caiu no ostracismo após as revelações de seus laços com o pedófilo norte-americano Jeffrey Epstein e se esconde



Charles III coroad no sábado (6), aos 74 anos

de responder na justiça.

A lavagem de roupa suja na família virou livro, com os príncipes William e Harry na berlinda, e respectivas esposas e filhos, mais o pai, agora rei. Alguém estranhou que o filho de Harry era “muito moreno”. Meghan Markle, duquesa de Sussex, não foi a coroação.

Quanto ao futuro da monarquia, entre os jovens, segundo pesquisas, 78% não estão interessados nela e, para 38%, deveria ser “abolida”.

Considerando todas as faixas etárias, as pesquisas revelam que apenas 29% dos britânicos descrevem a monarquia como “muito importante”, enquanto 25% a consideram “nada importante” e dizem que deveria ser abolida.

Nos círculos da aristocracia, a expectativa é que Charles III não cometa nenhum erro desastroso e seu reinado seja curto, e que o príncipe William, menos tostado, venha logo a substituí-lo.

Investigação feita pelo jornal The Guardian reve-

lou que a riqueza pessoal de Charles subiu para quase £ 2 bilhões, após as heranças isentas de impostos da rainha.

O que levou, conforme pesquisa feita pelo jornal Daily Mirror, 52% dos entrevistados a achar que Charles deveria pagar por sua própria coroação. Tudo incluído, a cerimônia está custando “centenas de milhões de libras esterlinas” aos cofres públicos, segundo o Morning Star.

EX-COLÔNIAS

O alarde sobre a coroação feito desde Londres levou ex-colônias britânicas a se manifestarem exigindo devolução de tesouros roubados, pedidos formais de desculpas e várias formas de reparação.

Petição online que já conta com 8.000 assinaturas reivindicou a Charles III a devolução do diamante “Cullinan” ou “Estrela da África” – a maior gema do mundo encontrada até agora, que foi roubada do solo sul-africano em 1905.

Leia mais em www.horadopovo.br

Bancos regionais têm perdido bilhões ao ter que vender títulos do Tesouro de longo prazo antes de vencer para cobrir rombo causado pela revoada dos depósitos em busca de melhor remuneração

Nas últimas 24 horas, a crise bancária nos EUA voltou a se agravar, com o banco regional PacWest, de Los Angeles, dando sinais de que é a bola da vez, no day after da 10ª alta consecutiva dos juros pelo Fed no período de um ano, para uma faixa de 5 a 5,25%.

Fazendo água, também o Western Alliance, Zions e First Horizon, entre outros bancos norte-americanos. Alguns caíram 20-30% em um dia. “Parece que estamos de volta ao ‘quem é o próximo’”, ironizou o portal Zero Hedge.

As ações do PacWest caíram mais de 50% na quinta-feira (4) em meio a temores de que será a próxima peça de dominó a cair dentro da recente série de falências de bancos regionais. No encerramento, suas ações eram negociadas a cerca de US\$ 3, abaixo dos US\$ 27 no início de março.

“Ações de bancos regionais mergulham com temores de contágio”, estampou o Wall Street Journal, acrescentando que os investidores se perguntam quão mais “poderiam se espalhar” os problemas dos bancos regionais.

A crise dá continuidade ao processo de monopolização do setor bancário dos EUA, coisa que os CEOs do sistema tentam minimizar. Tanto assim que, na manhã de segunda-feira, após o colapso do First Republic, devidamente deglutido pelo JPMorgan Chase, tanto o órgão regulador federal, o FDIC, quanto o CEO do megabanco juravam que a crise estava contida e o sistema “é sólido e resiliente”.

Para se ter uma ideia do tamanho do poço que se abre diante do sistema financeiro norte-americano, os três bancos americanos que faliram este ano – First Republic, Silicon Valley e Signature – tinham mais ativos do que todas as 25 instituições financeiras que quebraram durante a crise de 2008, observou The New York Times.

Os três detinham um total combinado de US\$ 532 bilhões em ativos, comparado com os US\$ 526 bilhões [ajustado pela inflação] de todos os bancos norte-americanos que quebraram em 2008 no auge da crise financeira.

No balanço anterior – antes da “desidratação” –, o PacWest tinha US\$ 28 bilhões em depósitos e US\$ 44 bilhões em ativos. Segundo a Bloomberg, a possibilidade de uma venda do banco inteiro está “prejudicada”, porque não há muitos compradores em potencial interessados.

ZUMBI

Já a direção do PacWest optou por asseverar que o banco zumbi foi “abordado por potenciais ‘parceiros e investidores’”.

Com sede em Los Angeles, o banco se saiu, na quinta-feira, com a costureira catilinária de que tentará vender uma carteira de empréstimos de US\$ 2,7 bilhões e buscar financiamento externo para “escorar” seu balanço.

Como muitos bancos regionais, o PacWest está sofrendo enormes perdas não realizadas em investimentos em papéis que perderam valor devido ao aumento das taxas de juros.

Por sua vez, o Western Alliance, que também declarou impreciso relatório de que estaria buscando comprador. O banco, com sede em Phoenix, viu suas ações despencarem 38% na quinta-feira.

Nesse quadro de ‘barata voa’, o First Horizon e o TD Bank anunciaram na quinta-feira que decidiram cancelar uma fusão planejada de US\$ 13 bilhões, que teria formado o sexto maior banco do país.

Na raiz da crise em curso, a escalada das taxas de juros do Fed de quase zero, há apenas um ano, para 5,25%, na mais rápida elevação dos juros desde o ‘Choque Volker’ dos anos 1980. Isso, depois de uma década de juros ultrabaixos do Fed e de lavagem de papel podre via quantitative easing para os bancos “Too Big Too Fail”.

Em março, a bancarrota do Silicon Valley Bank, no coração do setor de alta tecnologia norte-americano e suas startups, escancarou a crise. O Fed e o órgão garantidor de depósitos (FDIC) passaram a ter de fazer plantão de fim de semana, pois precisa haver uma ‘solução’ antes da abertura do pregão de Wall Street na segunda-feira, para evitar que a queda dominó saia de controle.

A cada banco que vai à bancarrota, evidencia-se certa particularidade de como a blitzkrieg financeira do Fed o afetou.

No caso do SVB, as perdas por ter de vender antes do vencimento títulos do Tesouro para fazer frente à desenfreada saída de depósitos. No Signature, seu foco nas instáveis moedas criptográficas. No First Republic, as perdas nos Títulos do Tesouro sob os juros mais altos, mais as hipotecas feitas a taxas muito baixas para indivíduos ricos. E uma bolha formada por imóveis comerciais está se delineando explosiva no horizonte, ameaçando outros bancos de quebradeira.

ECONOMIA REAL

Da especulação à Main Street, a economia real. Os bancos regionais são os principais financiadores das pequenas empresas. Ao Financial Times, um analista assinalou que existe uma reação em cadeia à medida que o mercado “está se concentrando nos elos mais fracos e procurando bancos vulneráveis” e indo do “banco mais fraco para o [próximo] banco mais fraco”.

Setores do Fed inclusive expressaram consideração positiva, em termos supostamente do combate à inflação, que a crise bancária contribua para a redução nos empréstimos, isto é, no crédito. Em outras palavras, para a recessão ou, pelo menos, desaceleração de uma economia já modorrenta.

Desde o crash de 1987, o sistema financeiro norte-americano vive de crise em crise, com o Fed entupindo os megaespeculadores com liquidez e jogando o custo do resgate nas costas da população. Um curioso ‘socialismo’, com o Estado a serviço dos banqueiros e monopólios norte-americanos, enquanto o austericídio neoliberal arrocha a imensa maioria. Isso em um quadro de um mundo unipolar sob as regras – e ameaças – de Washington.

Um quadro em que a revogação esdrachada das limitações antes existentes à especulação – as leis de Roosevelt – levou ao liberougeral no cassino global, e suas armas de destruição em massa, os derivativos.

Se não bastasse o crash de 2008 para fazer soar os alarmes, em março de 2020 o mercado de títulos do Tesouro dos EUA – o mais vital para o dólar – congelou no início da pandemia de Covid-19.

Da noite para o dia o Fed praticamente dobrou suas participações em ativos financeiros, para US\$ 8 trilhões.

Na reabertura econômica pós-pandemia, a inflação começou a subir sob a desorganização das cadeias produtivas locais e globais, da retomada da guerra tecnológica dos EUA contra a China.

Com a eclosão do conflito na Ucrânia, essa alta da inflação vai ser realimentada pelas sanções decretadas por Washington e Bruxelas contra a Rússia, que geraram uma escassez artificial de recursos tão basilares quanto gás, petróleo, grãos e fertilizantes.

A política do Fed de alta dos juros também acarreta a exportação da inflação para os países que precisam usar esse dito dólar ‘forte’. E tudo isso converge para a entrada em cena da discussão da desdolarização e de um mundo multipolar.

Com o PacWest e outros bancos caindo pelas tabelas, a expectativa é de um fim de semana com emoções fortes. E com tantos furos no dique, nunca se sabe onde a água poderá irromper.

Leia mais no site do HP

Objetivo do BC é recessão e desemprego

“Em relação ao cenário doméstico, o conjunto de indicadores da atividade econômica segue corroborando o cenário de desaceleração esperado pelo Copom”, diz o trecho do comunicado que manteve a mais alta taxa de juro real do mundo

Estribado em um dogma envelhecido e já superado em boa parte do mundo – de que a elevação dos juros é instrumento de combate a qualquer tipo de inflação, o Banco Central, com a decisão tomada na quarta-feira (3), de manter a mais alta taxa de juro real do mundo, mostra que está irredutível em sua intenção de desaquecer ainda mais a já estrangulada economia do Brasil.

Este objetivo, de desaquecer a economia e elevar o desemprego, ficou explicitado no comunicado divulgado na noite de quarta-feira (3). “Em relação ao cenário doméstico, o conjunto dos indicadores mais recentes de atividade econômica segue corroborando o cenário de desaceleração esperado pelo Copom, ainda que exibindo maior resiliência no mercado de trabalho”, diz o trecho, claramente recessivo, do documento.

Em audiência realizada no Senado Federal no último dia 27 de abril, o presidente da Federação das Indústrias



de São Paulo (FIESP), Josué de Castro, alertou o BC para a gravidade do estrangulamento da indústria pelo custo do capital, e o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, confrontou o presidente do BC perguntando “se nós não temos uma inflação de oferta, onde é que está a demanda?”

“Com a taxa Selic de 13,75%, juro real de 8,1%, a indústria está tomando crédito a 30% no mercado. Não tem nenhuma atividade empresarial, industrial, que tenha capacidade de enfrentar uma situação dessa”, afirmou Robson Braga. “Porque as nossas empresas, presidente Roberto Campos”, seguiu Robson Andrade, “estão sofren-



Roberto Campos Neto, presidente do Banco Central. Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

do muito com uma demanda fraca. Nós estamos vendo aí setores que têm passado por diversas dificuldades”.

Josué Gomes afirmou, por sua vez, que “com a perenidade dos juros altos, temos assistido ao empobrecimento

em nosso país”. “A Selic apresenta taxa real de 8%. Sinto dizer que não há negócio em condições de concorrência capaz de fazer frente a tamanho custo de capital”, denunciou o presidente da FIESP.

Mas, o trecho do comuni-

cado do Banco Central, reproduzido acima, deixa claro que o objetivo de Campos Neto com a manutenção da Selic em 13,75% é a desaceleração da economia. “(...) A atividade econômica segue corroborando o cenário de

desaceleração esperado pelo Copom”, diz o comunicado. E mais, reclama da resiliência do emprego. Ou seja, expõe, sem peias, que quer e busca, com sua política de juros altos, mais recessão e mais desemprego.

Para entidades da indústria e do comércio decisão do Banco Central trava investimentos

Empresários manifestaram duras críticas à manutenção da taxa Selic a 13,75%. “Não só inviabiliza os investimentos como encarece o custo da dívida. Além disso, vem se refletindo na desaceleração da atividade desde o último trimestre de 2022”, afirma José Velloso, pres. da Abimaq

Os empresários brasileiros de diversos setores da economia reagiram com críticas à decisão do Banco Central de manter, na quarta-feira (3), a taxa de juros da economia (Selic) em 13,75%.

O presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), José Velloso, declarou que a taxa de juros “não só inviabiliza os investimentos como encarece o custo da dívida. Além disso, vem se refletindo na desaceleração da atividade desde o último trimestre de 2022. Neste primeiro trimestre, os investimentos em máquinas e equipamentos caíram 10%. Passou da hora de iniciar o ciclo de queda”.

ABRAINIC: IMPOSSIBILIDADE DE CRESCER

Em nota, a Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc) destaca que os juros altos são entraves à geração de empregos no Brasil. “A despesa com juros bancários compromete a saúde financeira das empresas, que ficam impossibilitadas de crescer e com dificuldades de arcarem com suas despesas obrigatórias”, declarou a entidade.

ABIPLAST: CONSEQUÊNCIAS TEMERÁRIAS PARA A ECONOMIA BRASILEIRA

O presidente da indústria dos plásticos (Abiplast), José Ricardo Roriz, observou que o risco maior que deveria ser avaliado é a economia do país quebrar.

“Mesmo com a possibilidade de que a inflação brasileira ainda não tenha apresentado tendência de refluir para a meta, o país tem disparadamente um dos maiores juros reais do mundo, e as consequências disto são temerárias para a economia brasileira”.

ELETROS: DESESTIMULA O CONSUMO

Já o presidente da Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletrônicos (Eletros), Jorge Nascimento, afirmou que “taxas como as atuais desestimulam os consumidores que não conseguem incluir as parcelas de suas compras no orçamento familiar. Nosso setor vem aguardando há meses o início de uma política de redução pelo BC. A economia apresentaria resultados melhores”.

CNC: ALTA INADIMPLÊNCIA EM FUNÇÃO DOS JUROS ELEVADOS

Ao divulgar que 78,3% das famílias brasileiras estavam endividadas em abril, com crescimento em quase todas as faixas de renda, a economista da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), Izis Ferreira, apontou que “quem tem dívidas atrasadas há mais tempo segue enfrentando dificuldade de sair da inadimplência em função dos juros elevados, que pioram as despesas financeiras. A taxa de juros média em todas as operações de crédito com recursos livres às pessoas físicas chegou a 58,3% ao ano em março, 8,7 pontos maior do

que no mesmo mês do ano passado, de acordo com os dados do Banco Central”, destacou a economista.

Do total dos endividados, 17,3% consideram-se muito endividadas – “indicador que voltou a crescer após duas quedas, no contexto de juros elevados”, ressaltou também Izis Ferreira. A proporção de consumidores sem condições de pagar dívidas atrasadas de meses anteriores chegou a 11,6% do total em abril.

CBIC: IMPOSSÍVEL CRESCER COM UMA TAXA DESTA TAMANHO

Por sua vez, o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), José Carlos Martins, afirmou que é necessário “resolver com urgência as incertezas que o cenário atual tem gerado, pois é impossível crescer com uma taxa básica deste tamanho”.

FIEMG: INIBE INVESTIMENTOS E COMPROMETE O PROGRESSO DO PAÍS

A Federação das Indústrias de Minas Gerais (Fiemg) também divulgou nota criticando a decisão do Banco Central. “As taxas de juros elevadas podem dificultar o acesso das empresas ao crédito e inibir investimentos, comprometendo o bem-estar da população e o progresso do país”, declarou a representante dos empresários da indústria mineira.

CDL: CRÉDITO MAIS CARO PARA AS FAMÍLIAS

No mesmo tom, a Câmara de Dirigentes Lojistas de



Sede do Banco Central em Brasília (Agência Brasil)

Belo Horizonte (CDL/BH) disse que “ainda que a taxa esteja estabilizada desde agosto passado, ela está em seu nível mais alto desde 2017. Com isso, o crédito para os empresários está mais caro e eles têm mais dificuldade em investir em seus negócios, além de repassar esse valor para o preço final dos produtos. Por outro lado, as famílias têm dificuldade em cumprir seus compromissos financeiros e são afetadas pelo aumento do crédito rotativo do cartão, que é uma das principais formas de pagamento utilizada pelos consumidores”, observou o presidente da CDL/BH, Marcelo de Souza e Silva.

ACMinas: ECONOMIA ESTAGNADA, DESEMPREGO E BAIXO INVESTIMENTO

Já Associação Comercial e Empresarial de Minas Gerais (ACMinas) manifestou por meio de nota que “ainda que o controle inflacionário seja prioridade, a economia estagnada, com desemprego elevado e baixo nível de investimento, também deveria ser preocupante para o Copom, assim como o é para seus pares internacionais”.

“Setor produtivo não aguenta pagar esse nível de juros”, diz CNI sobre manutenção da Selic

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) condenou a manutenção da taxa básica de juros, a Selic, em 13,75%. A entidade considerou equivocada a decisão do Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central nesta quarta-feira (3). “A Selic em 13,75% ao ano está em um nível que restringe excessivamente a atividade econômica”, afirma Robson Andrade, presidente da CNI. “E, volto a dizer o que disse no Senado há poucos dias: as empresas estão tomando crédito a mais de 30% e o setor produtivo não aguenta pagar esse nível de juros”.

“Neste momento, a manutenção da taxa de juros é desnecessária para combater a inflação e apenas impõe riscos adicionais para atividade econômica”, avalia o presidente da CNI.

Robson Andrade afirma que a Selic está há mais de um ano em patamar alto o suficiente para contrair a atividade econômica e desacelerar a inflação. Atualmente, a

taxa de juros real, descontada a inflação está em 8,1%, é a maior do mundo.

A CNI afirma que “as altas taxas de juros foram um dos fatores mais importantes para a desaceleração da atividade econômica observada no final de 2022. No último trimestre no ano passado, o PIB encolheu 0,2% na comparação com o trimestre anterior. Como esse nível foi mantido nos primeiros meses de 2023, a Selic continua restringindo significativamente a atividade econômica e as expectativas do Boletim Focus do BC indicam alta do PIB de apenas 1% em 2023 em relação a 2022”.

Além disso, a CNI destaca que “é fundamental levar em consideração os eventos adversos relacionados a grandes empresas varejistas no Brasil sobre o mercado de crédito. Esses acontecimentos têm levado ao aumento de provisões por parte dos bancos e reduzido a oferta, tornando o crédito mais caro. Os efeitos na economia são equivalentes a um aumento da Selic”.